

*Feminismo F/SN 1/8/82***É hora de maturidade política****IREDE CARDOSO**

Quando se diz que as mulheres em geral não lêem, não se informam, não discutem os preconceitos e continuam repetindo frases e comportamentos que só reforçam a nossa discriminação, não há muito exagero. Estamos chegando às eleições. Várias companheiras feministas, atendendo ao apelo de feministas mais experimentadas, mais velhas e empenhadas na maior participação da mulher na sociedade, decidiram candidatar-se a algum cargo eletivo.

É verdade que as feministas são todas de oposição, mas não é verdade que todas as candidatas de oposição sejam feministas. É ainda verdade que o partido da situação, o PDS, vendo o grande movimento das mulheres — conscientes de que não é possível continuar sendo discriminadas no salário, como donas-de-casa, na dupla jornada de trabalho, com uma maternidade solitária, sem creches, sem alegria no amor, e com todos os problemas que enfrentamos, está entrando na área. E ninguém melhor que uma mulher consciente destes problemas e do oportunismo de alguns partidos para representar a população em qualquer cargo eletivo, porque as feministas também sabem que a questão da mulher na sociedade só poderá ser solucionada com mudanças profundas em nossas estruturas.

Pois foi com tristeza e indignação que ouvi, na semana passada, um diálogo, em coletivo da cidade, entre mulheres. Uma olhava para os muros cheios de propaganda eleitoral e dizia: "Nossa, como estão sujando tudo. Acho isso horrível." A outra: "Eu não ligo pra isso, mas acho medonho quando tem mulher candidata." A outra: "É isso mesmo, política é só sujeira e mulher não pode entrar numa dessas." E as duas silenciaram.

Esse diálogo já serviu de tese de mestrado e doutoramento. É tema de discussões entre intelectuais, entre mulheres que estudam a condição da mulher na sociedade. Vejam a diferença que existe entre as que lêem, interessam-se por sua situação, têm acesso aos meios de comunicação e decidem discutir, com honestidade e vontade de aprender, os dados, inúmeros, de que dispomos sobre a condição da mulher brasileira.

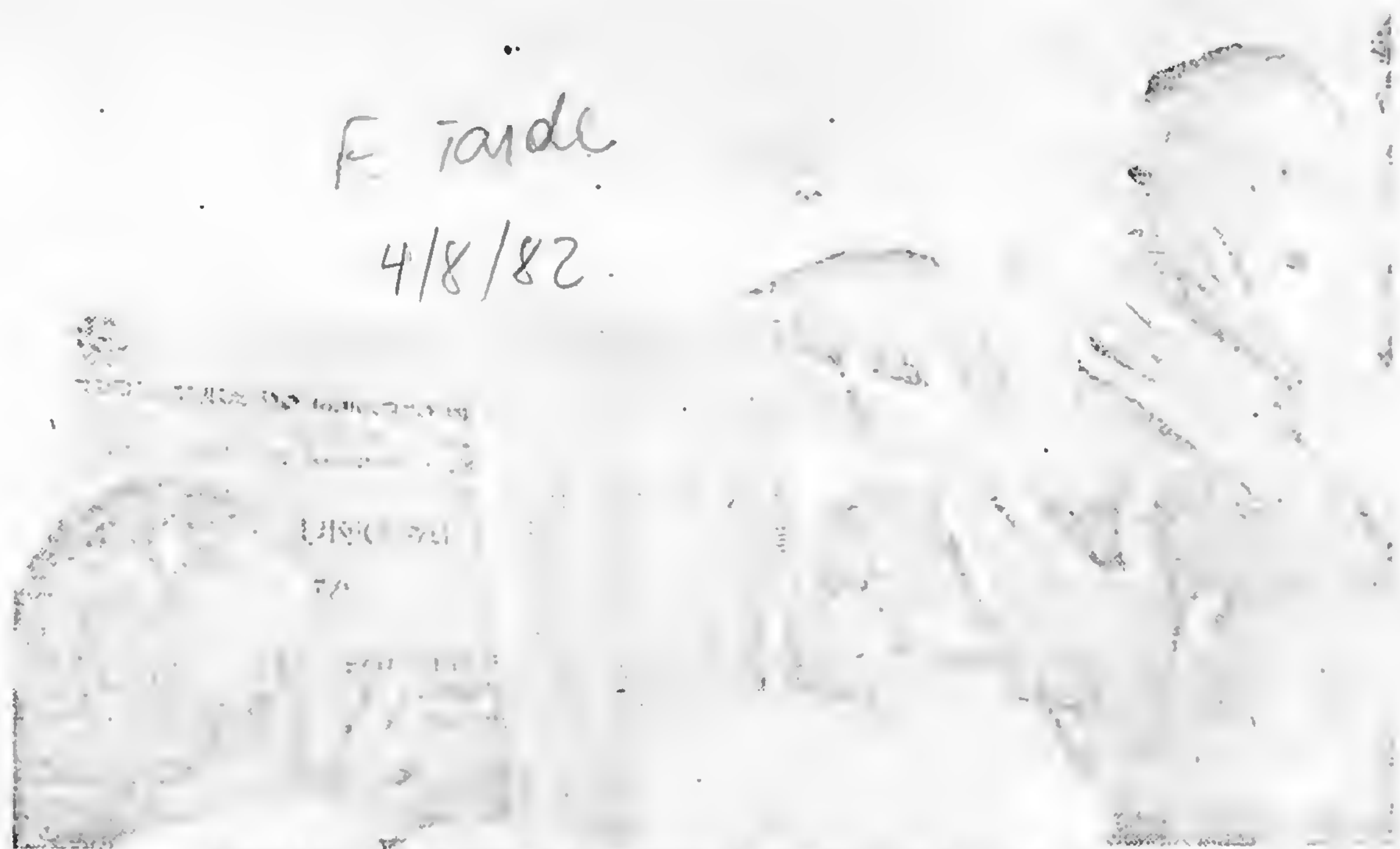
Mas há uma enorme diferença entre as que se deixam envolver pela apatia, que se acostumam com sua rotina, que adoram reclamar de uma porção de coisas, parando aí. Para elas a vida é "assim mesmo". São "sofredoras", queixosas, chorosas e, quando chegam à menopausa, ficam loucas", têm graves perturbações psíquicas, etc. Mal sabem que estão cavando sua própria pouca saúde, mental e física e que estão sufocando os filhos e mantendo um companheiro também frustrado. E a vida é "assim mesmo" para elas.

Política é lugar de mulher também — afirmamos nós. Não consideramos nenhum trabalho menos importante, nenhum trabalho humilhante. Humilhante e desimportante é a situação a que é relegada a dona-de-casa pela sociedade. Seu trabalho é considerado "improdutivo", porque não merece salário, folga, férias, 13.º, nada. No entanto, quantas funções ela exerce em seu trabalho diário, cuja jornada é de 17 horas, em média? Estive falando novamente com outras donas-de-casa, sobre essa situação. Algumas delas acharam estranhíssimo que se pensasse na aposentadoria da dona-de-casa; porque consideram seu trabalho algo não remunerável, não como um trabalho "de verdade", mas como uma doação, um ato de amor. Ora, qualquer trabalho é uma doação, um ato de amor, desde que

não seja feito contra a vontade de quem o pratique, desde que se goste do que se faz. Não se trata de "mercantilizar" o trabalho doméstico, mas de amparar milhões de viúvas relegadas à mais negra miséria com os 40% que recebem da minguada aposentadoria do companheiro perdido. Mas só o tempo dirá, com o amadurecimento das donas-de-casa brasileiras (60% da mão-de-obra economicamente ativa, no País), o que se deseja nessa área.

Ou será que as mulheres querem continuar a ser tratadas como "D. Maria, vá lavar roupa, em casa!", "Lugar de mulher é na cozinha?" Creio que não. Por isso saudamos os cartazes que nos trazem essa mobilização das mulheres brasileiras que lutam pela democracia, disputando um cargo, nas próximas eleições. Das mulheres que refletem, ou lêem, informam-se, e não das que têm apenas rebuscadas aparências femininas. A "cabeça" é muito importante. E, não podemos deixar de sublinhar: na área política, com raríssimas e brilhantes exceções, temos dado inúmeros maus exemplos. No entanto, pressinto enorme modificação nas próximas eleições. É importante que as mulheres pensem nesse assunto, desde já, com muita clareza, porque os problemas prometem ser extremamente difíceis. O poder econômico de alguns continua tentando comprar consciências. E a mulher tem sido presa fácil. Mas trocar um voto por um saco de cimento, por uma camiseta ou qualquer ato demagógico, votar porque o marido mandou, só pode ser prova de que merecemos tudo o que sofremos. E as mulheres vão dizer assim se estão ou não mais amadurecidas. Do fundo do coração, torçemos e temos esperança de que, desta vez, os rumos sejam diferentes para nós, no Brasil.

São Miguel ganha duas creches



Reinaldo de Barros presente à inauguração das creches

São Miguel ganhou ontem duas creches, inauguradas pelo secretário da Família e do Bem-Estar Social, José Avila da Rocha, e pelo candidato a governador do PDS, Reinaldo de Barros, que as construiu durante sua gestão como prefeito do Município. As creches, que abrigarão 306 crianças, funcionarão a partir de amanhã e estão localizadas na Vila Seabra e no Parque Santa Amélia.

Estas creches, a exemplo de outras 21 existentes na região de São Miguel, abrigarão sete grupos de crianças divididas por idade, constando de berçário menor (crianças de até sete meses), berçário maior (de oito meses a um ano e seis meses), um grupo (de 1 ano e sete meses em diante), além do maternal-1, maternal-2, infantil e o pré-primário, que abrigará crianças de seis a sete anos. A partir dessa idade as crianças serão encaminhadas à rede escolar de ensino do 1.º Grau do Município.

Segundo Ivete Gonçalves, diretora da recém-inaugurada creche do Parque Santa Amélia, "este benefício recebido pelo bairro é de grande importância, pois as mães poderão deixar seus filhos sob bons cuidados e trabalhar, ajudando no orçamento da família, e todos sabem que nesta região, onde a maioria dos moradores é de baixa renda, a mulher tem que trabalhar para ajudar o marido a sustentar a casa".

Durante a inauguração, Reinaldo de Barros salientou que "em minha gestão à frente da Prefeitura sempre procurei atender às reivindicações da periferia de São Paulo, especialmente no que se refere ao atendimento à criança".

Explicou que "foram planejadas 250 creches, das quais 117 estão em funcionamento, 54 em construção, cinco aguardando reformas, 37 em licitação para início das obras, além de mais 37 programadas".

Disse, também, que "estas creches que estão em funcionamento abrigam, atualmente, 40 mil crianças", lembrando que "já estive em duas outras ocasiões nessas vilas, inaugurando melhorias para a população da região", enfatizando que "duvido que algum outro prefeito tivesse visitado vocês apenas uma vez sequer".

A diretora da creche do Parque Santa Amélia, Ivete Gonçalves, informou, ainda, que "as crianças abrigadas pela Prefeitura têm toda a assistência, desde os primeiros meses de idade até serem encaminhadas para o ensino normal do 1.º Grau, tais como médicos, enfermeiras, alimentação, ensino pré-escolar, orientação de pediatras e pedagogas e, aos mais carentes, são fornecidas roupas doadas pela comunidade, e, na medida do possível, damos orientação inclusive aos pais".

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGASDepto. de Pesquisas Educacionais
BibliotecaJornal: *Folha de São Paulo*Data: *04.08.82*Pág. *13*

Pasta n.º

N.º do recorte

★
O desmame materno no Brasil está sendo feito, em sua grande parte, logo nos primeiros 15 dias de vida do bebê, o que tem contribuído bastante para elevar o índice de mortalidade infantil. A informação é do médico José Martins Filho, professor da Universidade Federal de Campinas (Unicamp), que esteve ontem em Pernambuco para observar o andamento do Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno. O médico reiterou, na ocasião, a necessidade de a mulher amamentar o filho pelo menos até os seis meses de idade, desde que não haja contra-indicação explícita do médico. O desmame prematuro, acrescentou, foi uma das causas de o Brasil ter perdido, em 1980, cerca de 300 milhões de litros de leite humano, trocados desnecessariamente pelo leite em pó, a um custo de cerca de Cr\$ 7 bilhões, (preço da época).

N2
7
11/10/82

*Feminismo**F/EP 1/8 54***Mulher, assunto de políticos**

IREDE CARDOSO

Até 15 de novembro, estaremos atentos a tudo que se faz, em matéria de política, a favor da mulher. Nada como esse período de propaganda para que se perceba a importância das eleições para colocar em ação os políticos de todos os partidos. De todos os cantos, chegam notícias de que a mobilização partidária também se volta para a mulher. O PDS organiza as mulheres da situação, sob o comando da senadora Eunice Michiles que, infelizmente, tem falado, e mal, sobre questões sérias para nós, tal como a do planejamento familiar.

Nós já sabemos qual a posição do governo com relação a tal tema, que é de controle da natalidade e, o que é pior, da natalidade dos pobres, distribuindo-se anticoncepcionais para "prepará-los" para aquilo que maldosamente chama de "paternidade responsável". Mal informam às mulheres, ávidas de anticoncepcionais pela miséria em que estão mergulhadas, que elas estão sendo quadruplicamente — ou mais — vitimadas por um sistema econômico injusto, cujos agentes além de não lhes darem informações sobre a sexualidade, reprimem sua maternidade com argumentos políticos inaceitáveis, sonegam dados e, além de tudo, prejudicam a sua saúde.

Na área do PMDB, a atuação vem de pessoas com tradição na luta democrática, com discussões na Assembleia Legislativa sobre a aposentadoria da dona-de-casa, assunto, por nós levantado na televisão com o

apoio veemente do advogado Nei Gonçalves Dias e de Marília Gabriela. Um trabalho conjunto dos que acreditam na possibilidade de arrancarmos a mulher de sua situação de desamparo e subalternidade.

Em São Paulo, a situação está cada vez mais interessante, dada a repercussão negativa que a implantação do projeto Pró-Família vem trazendo. Lia Junqueira, do Movimento de Defesa do Menor, e inúmeras entidades também de tradição democrática, estão empenhadas na discussão aberta desse projeto maquinado pelo Fundo Assistencial do Palácio, na época de Silvia Luttfala Maluf, de tal forma que a nova Secretaria da Família, chefiada pelo cel. D'Ávila, encontrará pessoas conscientes pela frente, barrando a intenção de acabar a pobreza acabando com os pobres.

No Rio, Modesto Silveira (PMDB) apresenta projeto que impõe multas aos que discriminarem a mulher. Se tal legislação for aprovada, ela precisará ser tema de discussão em todos os grupos de mulheres, para que a consciência de mais um direito legal adquirido não seja apenas um papel sem utilidade. É verdade que, muitas vezes, não há como discutir, por falta de tempo, com a população, todas as propostas vindas de mulheres esclarecidas. Mas todo projeto, antes de ser apresentado, na área das mulheres, precisa ser amplamente debatido, para que não se torne letra morta em nossa legislação.

Não é porque estamos às vésperas das eleições que se recomenda a apresentação de belos projetos por

parlamentares. É preciso acreditar, de uma vez por todas, que as mulheres já mostraram o desejo de conseguir suas vitórias depois de discussões, sugestões, em todo o País. Assim fizemos, com o projeto de Silvia Pimentel, também candidata a deputada estadual (PMDB) e Floriza Veruci, sobre a reformulação do Código Civil, na parte que diz respeito à mulher. O anteprojeto foi debatido de Sul a Norte, no País, para depois ser levado ao Senado e à Câmara.

Recebemos apoio, inclusive, de d. Evaristo Arns, cardeal-arcebispo de São Paulo, para que o anteprojeto recebesse o aval não só de feministas brasileiras mas de grupos diversos que integram nossa sociedade. A luta é de todos nós, não só depois de nossos atos, mas também antes deles, e durante sua realização.

As pessoas com certo poder e boas idéias precisam contar com o respaldo da sociedade, para que seus atos sejam legitimados, antes de se tornarem legais. Porque a legitimação, aprendemos nós mulheres, como oprimidas, muitas vezes é mais importante que a própria lei. E a lei, sabemos nós, só existe, de fato, quando é legitimada. As feministas têm lutado para que, antes de mais nada, brote cada vez mais forte a consciência da necessidade de participação de todos. Há muito que caminhar e o caminho vai sendo feito pelos que caminham. Uma trilha solitária pode se perder. Uma Transamazônica pode se acabar, especialmente como a nossa. Mas o caminhar junto é imbatível.

1982 11/08 54

Brasil terá seu bebê de proveta até fim do ano

Um bebê de proveta está sendo gerado em São Paulo e deverá nascer até o final do ano, confirmou ontem o ginecologista Milton Nakamura, diretor do Centro Materno-Infantil e do Centro de Planejamento Familiar, ao ser recebido pelo governador José Maria Marin, para uma "visita de cortesia" e solicitar recursos aos programas assistenciais e de pesquisa das duas entidades.

O primeiro bebê de proveta brasileiro será filho de uma das dez mulheres que há cinco anos vêm sendo submetidas a tentativas de fecundação do óvulo em laboratório. Nakamura não quis divulgar seu nome. Ele só dará novas notícias poucos dias antes do nascimento. As mulheres são de vários estados, entre eles Minas, Mato Grosso do Sul e Pernambuco.

Nakamura informou que no dia 3 de outubro chegará a São Paulo uma equipe de cientistas liderada pelo pioneiro da fertilização humana artificial na Austrália, Allan Trousson, que fará conferências e efetuará operações para a fertilização "in vitro" em mulheres que já estão sendo preparadas para isso.

A Austrália é o país mais bem-sucedido nas experiências com bebês de proveta, com 14 nascimentos. Trousson é da Universidade Monash, de Melbourne, e realizará em São Paulo o primeiro curso de fertilização "in vitro" no Brasil.

10/8/82
10.11

Casal preso por matar o filho de quatro anos

"Eu batia apenas de leve no menino e também não sei bem por que. Eu chegava muito bem do trabalho e de repente dava vontade de fazer aquilo com meu filho", disse o eletricitista José Carlos Donizeti da Silva ao ser preso sob a acusação de ter espancado até a morte o filho de 4 anos, Washington Carlos de Jesus. José Carlos e sua mulher Maria Isabel de Jesus foram indiciados em inquérito no 43.º Distrito Policial.

Washington sofria de problemas mentais desde os seis meses de idade quando contraiu meningite, e seu pai o espancava constantemente, chegando até a arrancar-lhe as unhas. Os vizinhos do casal José Carlos e Maria Isabel, revoltados, comunicaram o fato a polícia. No dia 9 de julho os policiais do 43.º Distrito estiveram na casa de José Carlos, na Cidade Ademar, onde encontraram o menino deitado em uma cama, manchada de sangue, com o rosto deformado por pancadas. José Carlos, avisado pela mulher, havia fugido.

O menino foi levado pelo investigador "Mineirinho" ao Hospital São Lucas, em Diadema, onde foi internado. Washington morreu no dia 20 em consequência dos ferimentos, e a médica Solange Sampaio Tavares

expediu o atestado de óbito (n.º 10.249) apontando como causa da morte broncopneumonia, desnutrição e paralisia cerebral. A morte não foi comunicada à polícia e o menino foi sepultado normalmente no cemitério São Luís. A polícia, entretanto, soube do fato e começou a procurar o casal José Carlos e Maria Isabel, que havia mudado para o bairro da Pedreira, em Santo Amaro, onde, também, não foram encontrados.

A notícia da morte do menor e as acusações contra seus pais foram divulgadas por uma emissora de rádio em seu programa policial e ouvida em Lorena, no vale do Paraíba, onde José Carlos estava trabalhando como eletricitista no Grupo Escolar Gabriel Prestes. Um morador local, em telefonema anônimo, denunciou o pai de Washington ao investigador "Mineirinho" que viajou para aquela cidade e prendeu o casal. Na delegacia, José Carlos não desmentiu os espancamentos.

O delegado Luís Benedito Vital de Lima que preside o inquérito deverá ouvir hoje a médica Solange Sampaio Tavares e solicitar a exumação do cadáver do menor para instruir o processo.

No dia 17 de junho último, o prefeito substituto de São Paulo, Curiat, transformava a COBES (Coordenadoria do Bem Estar Social) em Secretaria, numa verdadeira intervenção, que visava diminuir o espaço de participação conquistado pelas assistentes sociais e pelos movimentos populares na COBES e implantar na capital o Pró-família. Trata-se de um plano de controle da natalidade gestado nos corredores palacianos do Maluf e cuja implantação será um passo para planos semelhantes a nível nacional. Aqui, Luiza Herundina, ex-presidente da Associação Profissional das Assistentes Sociais e candidata a vereadora pelo PT da capital fala sobre o Pró-família, defendendo o planejamento familiar consciente como o direito de nós, mulheres, decidirmos sobre nosso próprio corpo, como

O direito de decidirmos nossas vidas

Entrevista a Tatau Godinho

— Por que esse reaparecimento da discussão do Pró-família ultimamente?

— Luiza: Isto está se dando em função da criação da Secretaria da Família e Bem Estar Social, que tem, entre outros propósitos, assumir a implantação do Pró-Família na capital. Há uns tempos atrás, ainda no tempo do secretário Jatene na Secretaria da Saúde, a secretaria se recusou a assumir a implementação deste projeto e até hoje ele só está sendo implantado a nível do estado, através do fundo do Palácio do Governo. E aqui na capital tudo indica, que a extinção da COBES (Coordenadoria do Bem Estar Social) e a criação da Secretaria da Família e do Bem Estar Social teria como objetivo nada mais nada menos que assumir a implantação deste programa.

— E porque as assistentes sociais e a população em geral tem se manifestado contra o Pró-família?

— Luiza: Não se está contra o planejamento familiar, estamos contra a escamoteação que este programa faz em termos dos seus objetivos. Ele escamoteia as causas reais dos problemas de pobreza, da falta de equipamentos sociais, da dificuldade das famílias de baixa renda e exime o Estado da responsabilidade de criar estes equipamentos e esta infraestrutura social a que esta população tem direito. O que o Estado está propondo através deste programa é reduzir o número de filhos e com isto reduzir as necessidades em relação a estes serviços. Não sou contra o planejamento familiar, mas sou contra o objetivos com os quais ele está sendo colocado e a forma, os métodos como está-se fazendo esta proposta hoje.

Não somos contra o planejamento familiar, mas os objetivos e os métodos como ele aparece no Pró-Família.

— Qual seria o papel do Estado no planejamento familiar?

— Luiza: A gente vê a questão do planejamento familiar associada à saúde, à saúde da mulher e à saúde em geral. Eu acho que caberia ao Estado oferecer ao conjunto das mulheres a oportunidade de tratar de suas questões de saúde e dentro destas questões se inclui o planejamento familiar, mas ligado naturalmente a uma condição de infraestrutura de saúde. E colocando à disposição destas famílias os meios para que cada pessoa, bem orientada, considere mais adequado para suas condições pessoais. Acho que é responsabilidade do Estado não impor este controle da natalidade, mas criar condições para que esta opção possa ser feita de forma adequada, de forma consequente, de forma satisfatória do ponto de vista da saúde. E o Pró-Família simplesmente propõe o controle da natalidade, só que não explicita isso, falando em planejamento familiar e sem oferecer um mínimo de condições para que este planejamento familiar, ou controle da natalidade, se faça de forma correta e no interesse da população.

— Haveria hoje uma proposta alternativa a este projeto de controle da natalidade do governo?

— Luiza: Existem algumas entidades que estão organizadas em torno desta questão, que estão discutindo a melhor forma de propor um programa de planejamento familiar, não só do ponto de vista social, mas também do ponto de vista técnico, do ponto de vista médico. Estas alternativas estariam se elaborando de forma mais responsável do que foi elaborado o Pró-Família, na medida em que os vários especialistas e os vários setores competentes para pensar o problema e para propor soluções estão aí: é o Sindicato dos Médicos, é a Associação Profissional de Assistentes Sociais, são os Movimentos Feministas, que há muito tempo estão estudando esta questão. O problema do planejamento familiar não é um problema novo e não é um problema que agora a gente esteja pensando. Todos estes movimentos e o movimento feminista em especial, já avançaram muito em termos da caracterização do problema, inclusive no Brasil, avançando com propostas globais, estruturais.

— O que você pensa do "direito à maternidade"?

— Luiza: Eu acho que quando interessa ao governo ele defende este direito, quando interessa ao governo ele defende o controle. Quer dizer, é sempre uma solução oportunista e que favorece os interesses do sistema que está aí, os interesses do poder que está aí, da classe hegemônica que está aí. Nunca o problema é pensado no interesse das classes populares. Por exemplo, no extremo norte do país, num dado momento se estimulava a natalidade, quando se volta para onde se dá a concentração urbana, então se estimula o controle da natalidade.

O que está em questão é a liberdade: tanto de escolher controlar ou não a natalidade e como, quanto de ter um emprego estável e um salário justo.

— Do ponto de vista feminista, você acha que lutar contra o Pró-Família seria defender o direito à maternidade?

— Luiza: Eu acho que não se trata do direito à maternidade, mas o direito à opção pela maternidade ou pelo controle. É um direito da mulher de deliberar sobre seu corpo, sobre sua vida, sobre seu projeto de vida. Eu acho que a luta do movimento feminista passa por aí, não é a questão de defender a natalidade pela natalidade, ou controle pelo controle, mas de defender o direito da mulher de uma opção, de uma liberdade em relação aquilo que lhe diz respeito.

— Como você vê a relação entre a luta por um planejamento familiar consciente e as condições de vida, o salário baixo e o desemprego?

— Luiza: Eu acho que não se pode isolar as coisas, nem as soluções dos problemas. Existe o problema da renda, o problema do salário, mas existe também o problema da saúde. Eu acho que a gente tem que pensar estas questões em termos



Em 1970, Leila Diniz mostrava a barriga grávida em Ipanema, quebrando um dos tabus que cercam a maternidade, que Luiza considera uma opção.

de uma política social mais ampla, em que todos os aspectos, seja de saúde, seja de habitação, ou de educação devem estar referidos à questão do modelo econômico e aí se coloca a questão do salário, do emprego. Eu acho que não é questão de dizer: "Não queremos pílula, queremos um salário melhor". Queremos pílula também. Mas não só pílula para evitar o número de filhos, porque não se tem salário adequado para mantê-los. Acho que a questão que se coloca é da liberdade: de escolher se usa pílula, que pílula vai usar, que método vai usar, mas também a liberdade de ter um emprego estável, um salário justo para as necessidades e os direitos da população trabalhadora. Este tipo de proposta é um desvio que, ao negar o Pró-Família, cai no outro extremo, negando a responsabilidade do Estado no fornecimento de meios anti-concepcionais e da informação adequada sobre seu uso. O Estado tem responsabilidade. Ele não tem o direito de impor métodos nem uma forma de conduzir o problema, inclusive se justificando através de afirmações falsas, como faz o Pró-Família.

— Como candidata a vereadora, como você pretende tratar este tema na sua campanha?

— Luiza: Exatamente dentro desta linha em que a gente está conduzindo esta conversa aqui. Resgatando o que a população já recebeu de informação, ou de desinformação, no sentido de ajudá-la a compreender o problema de forma mais correta e no sentido de fortalecer a sua organização e as suas reivindicações no sentido de uma solução. Esta questão será prioritária na minha campanha porque ela está na ordem do dia dos problemas concretos da população, sobretudo da população com quem a gente trabalha, que pertence à classe trabalhadora. Eu não poderia deixar de colocar a questão do planejamento familiar, ligada à questão da saúde, uma vez que um dos eixos da campanha será a questão dos direitos sociais, orientados a uma política social, que se construa a partir da participação popular.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGASDepto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal:

Data:

Pág.

Pasta n.º

N.º do recorte

11/11/82 p. 13

Registro

Trezentas e cinquenta escolas públicas de todo o País já estão integradas ao Programa de Incentivo ao Aleitamento Materno, do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (Inan), através da implantação de bancos de leite e alojamentos conjuntos. A informação foi dada em Brasília pela nutricionista Ieda Pascoal de Oliveira, presidente do Grupo Técnico de Incentivo ao Aleitamento Materno. Embora pesquisas realizadas pelo Inan em São Paulo indiquem que apenas 20% das mães continuam amamentando seus filhos após o segundo mês de vida, a nutricionista entende que o saldo atual do programa de aleitamento é positivo.

PREFEITO INAUGURA CRECHE E PROMETE DEZENAS

"Até o fim de setembro, mais de duas mil famílias paulistanas serão beneficiadas com a inauguração de dezenas de creches, cujas obras foram iniciadas pelo ex-prefeito Reinaldo de Barros e representam um investimento superior a seiscentos milhões de cruzeros." A afirmação é do prefeito Salim Curiati, ao falar a milhares de pessoas que se aglomeraram na rua Dois de Janeiro, em Vila Salette, na Penha, para a solenidade de inauguração da creche do bairro, que aumentou para quase três centenas o número desses equipamentos em funcionamento na cidade de São Paulo.

2.950%

O prefeito salientou que esse tipo de equipamento teve um aumento de 2.950% em três anos, desde quando o ex-prefeito Reinaldo de Barros encontrou a cidade com apenas quatro creches municipais.

Para o chefe do Executivo municipal, esse programa de obras para famílias carentes do Município somente foi possível graças à postura revolucionária do Governo e à participação popular.

A CRECHE

A creche de Vila Salette foi construída pela Empresa Municipal de Urbanização — Emurb dentro do chamado padrão "Sobrado", forma de construção indicada para os terrenos de menor área. Deverá atender a crianças de até seis anos, com cerca de 40 funcionários contratados pela Secretaria da Família e Bem-Estar Social.

O titular da Pasta, coronel José Ávila da Rocha, disse que através de recursos do Fundo de Assistência Social — FAS da Caixa Econômica Federal, mais 37 creches estão sendo construídas, com inauguração prevista para dezembro. Segundo o secretário, cerca de 4.500 famílias de baixa renda serão beneficiadas com esse equipamento.

NECESSIDADE

Para o coronel José Ávila da Rocha, o programa de construção e operação de creches, tomou dimensões que o tornam irreversível, caso tenha a necessária sustentação política.

"O quadro de modernização da sociedade brasileira — disse — empurra a mulher para o mercado de trabalho. Não



Maluf e Ávila acompanham as palavras de Curiati

apenas para a complementação da renda familiar, como também para a sua própria realização como pessoa humana, capaz de dar a sua contribuição para o desenvolvimento do País. Diante disso, os investimentos na construção desses equipamentos são fundamentais para a preservação da esfera vital da família."

PESSOAL

O titular de Fabes disse que a audácia desse programa pode ser medida pelo fato de sua Pasta ter seu quadro de pessoal aumentado dez vezes. "Mais de noventa por cento do crescimento do quadro de funcionários poder ser creditado ao ingresso de pessoas que vão trabalhar em creches, escolhidas por concurso e submetidas a rigorosos exames médicos, acrescentou.

Esse crescimento — aduziu — obriga a Administração Municipal a uma reestruturação administrativa da Fabes e o primeiro passo foi a transformação da antiga Coordenadoria de Bem-Estar Social em Secretaria. Os passos seguintes serão realizados através de amplas consultas a todas as bases da Secretaria que, além do seu corpo técnico central, atua diretamente com a população nas dezessete Regionais de Supervisão Social, com programas específicos para família e menor,

habitação popular, educação popular, emergências e outros mais.

CONSULTA AO POVO

"Exigirei — disse Ávila — que os movimentos populares, as associações de moradores e todos aqueles que lutam incessantemente por melhores condições de vida também sejam ouvidos. Não permitirei reformas de baixo para cima, a partir dos gabinetes. O princípio do coletivo deve orientar o trabalho de todos."

Entre os presentes à inauguração da creche de Vila Salette estavam o ex-governador Paulo Maluf, o presidente da Emurb, Octávio Augusto Speranzini, o presidente da Comgás, José Afonso, o vice-presidente da CMT, administrador regional da Penha, Nicolau Kolle, os deputados estaduais Ricardo Izar (que pediu a construção da creche) e Hattiro Shimomoto, os vereadores Alfredo Martins e Edson Tomás Lima.

Duas figuras populares na região também foram muito aplaudidas: o guarda de trânsito Luisinho, que é candidato a deputado estadual, e o lendário Nenê de Vila Matilde, comandante de uma das mais queridas escolas de samba da cidade.

Feminismo

Machismo e racismo de mãos dadas

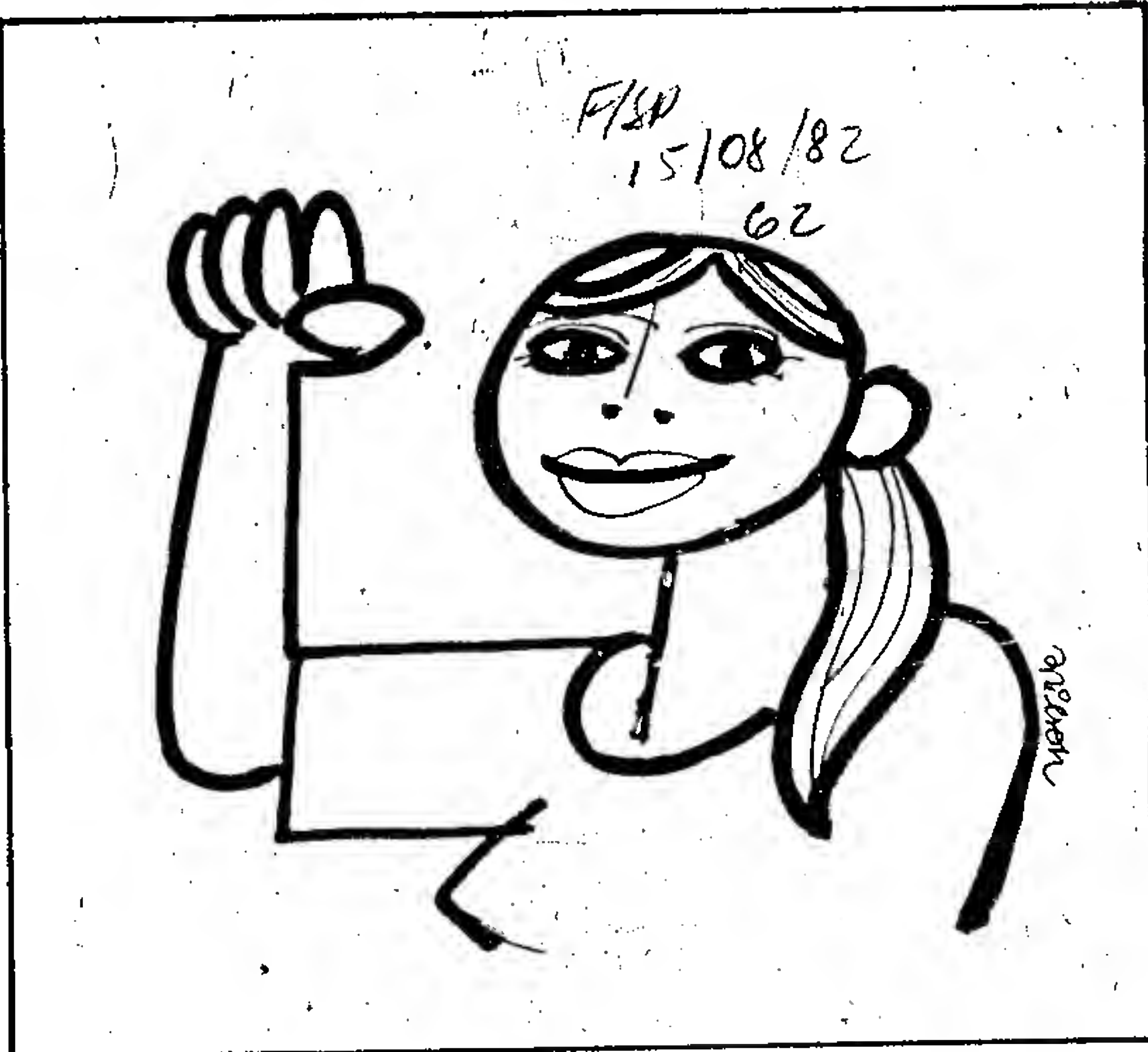
IREDE CARDOSO

"Marido que mata mulher comete crime duplo: o segundo crime é matar a mãe de seus próprios filhos. Por isso, a pena também deveria ser multiplicada por dois." A frase não é de uma feminista, mas de um feminista, o José Maria de Lima, companheiro de redação. Mas, perguntamos, o inverso também não é verdadeiro? Claro. Apenas um detalhe: continua sendo maior o número de homens que matam mulheres. Que ninguém vá "explicar" o fato, como a delegada de polícia baiana o fez, atribuindo tais crimes ao sangue latino (ai, Sidney Magal).

As feministas são umas chatas, dizia outro amigo. Elas questionam tudo. Mas qualquer pessoa de mediana inteligência — nem precisa ser feminista — questiona mais a fundo as coisas. Que significa ser latino-americano? Para essa delegada, significa, provavelmente, ter nascido "assim", ou seja, foi Deus quem quis. E, como Deus "quer", nada vai mudar.

Ora, as feministas, além de questionar até surgir o mistério — e ele sempre surge —, querem também questionar qualquer imobilismo, sabedoras que são do fato de que a consciência pode levar à ação transformadora. Deus — espero — não irá querer o contrário. Mas a burrice da mediocridade é insuportavelmente imobilista. Há ainda quem considere uma questão de "cultura" os milhões de casos de moças africanas literalmente costuradas, em seus órgãos genitais ou com o clitóris extirpado. Nesses casos de pessoas insensíveis, compete a cada um de nós discutir, para que a inteligência desses "culturalistas" seja um pouco ao menos estimulada. Cultura dói?

Por falar em insensibilidade, não podemos nos esquecer da notícia sobre o sr. Pio, do Banespa e ex-membro do Grupo de Assessoria do Palácio — o GAP — que pregou o genocídio dos negros e pardos brasileiros. Como feminista, além de tudo, é desconfiada, quero alertar, mas do fundo do coração, as minhas amigas do Movimento de Mulheres Negras para que se ponham de guarda e comecem urgente um trabalho de formação na conscientização da população feminina negra, parda, mulata, porque, se duvidar, vai rolar esterilização em massa.



De tudo o que se possa falar, em termos de controle de planejamento, aqui, no Estado, pode se procurar a origem dessas idéias germânicas no governo do Estado e em quem o cerca: é o Pró-Família, agora às claras, com as idéias do demitido Pio. O diretor do Banespa cometeu um "acidente de trabalho", em sua indiscrição. Va lá que o sr. Pio pense racista; vá lá até que fale sobre o assunto. Mas espalhar isso, mostrar que é racista publicamente, isso também já é demais. "Cortem-lhe a cabeça!" (enquanto isso, alguém, amigo, meio escondido, afaga essa cabeça do sistema).

Matar mulher, esterilizar homens e mulheres, pela cor da pele ou pela pobreza, são fatos e idéias que só podem deixar as feministas angustiadas.

Jesuino Arruda, do Movimento Negro Unificado, durante bate-papo em que se falava sobre os projetos de controle da natalidade do governo, lembrou que, por trás de tudo, só poderia haver racismo. Santa premonição.

Mas nós sabemos que a esterilização de mulheres é mais fácil de ser feita, em função do desespero em que se encontram as mães, premidas pela miséria. Embora seja uma operação que requeira mais

cuidados médicos, a ligadura de trompas vem sendo feita até em moças jovens, que nunca tiveram filhos. Em homens, embora a vasectomia seja muito simples, a questão se torna muito mais complicada, pela, exatamente, cultura "machista" (lembrar em adjetivar culturas, quando alguém for imobilista). Então, com relação a tal problema, na verdade é preciso mobilizar todas as mulheres, especialmente as negras, pardas, mulatas. Ficaremos de prontidão, junto com Lia Junqueira, do Movimento de Defesa do Menor, com as mulheres negras, que precisam engrossar essa frente, assistentes sociais, médicos e todos os profissionais que não querem ver nossa terra mergulhada no genocídio que banhou outras nações e continua sendo ameaça em alguns lugares do mundo.

E, por incrível que pareça, esse tipo de problema não imaginávamos que saltaria dos porões do inconsciente direitista. Mas os problemas surgem e nossa luta é enfrentá-los com a mesma vontade de vencer. Como se vê, por obra e graça do sr. Pio, do Banespa, sabemos agora que os racistas perderam até a vergonha, tão tradicional em nosso País, de continuar hipócritas.

"Vovó Anita": dez anos dando alegria a crianças carentes

SANTOS (FT) — Filhos e netos de Ana da Rocha Correa Ribeiro dos Santos quiseram passar as crianças que vivem internadas em asilos, lares ou instituições congêneres, a alegria de "ir à casa da vovó Anita", e o conseguiram. Há dez anos — 15 de agosto de 1972 — inauguraram a "Casa da Vovó Anita", um edifício em estilo colonial na avenida Bartolomeu de Gusmão 48, na praia do Embaré, em Santos. Durante 11 meses a entidade acomoda mensalmente, duas turmas de 50 crianças e quatro acompanhantes, em quartos confortáveis, fornecendo refeições e dando opções de lazer, além da praia.

O ATENDIMENTO

A filosofia de atendimento da "Casa da Vovó Anita" visa basicamente oferecer lazer a crianças carentes que passam muitos anos internas sem a oportunidade de umas férias diferentes. Já passaram pela instituição 17.648 crianças de 393 entidades assistenciais de todo o Brasil. As crianças são recebidas para um período de férias de 14 dias. Os passeios são-lhes oferecidos gratuitamente, assim como o transporte. O Supermercado Central oferece alimentos. A Eletropaulo não dá desconto na conta de luz, mas a Sabesp autoriza o desconto de 50% no consumo de água (a conta de luz, este mês, é de 100 mil cruzeiros).

As inscrições para um período na "Casa da Vovó Anita" são feitas por carta, em papel impresso da entidade ou em papel simples, mencionando-se números de registro no Serviço Social do Estado, da inscrição estadual, da inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes e o do registro dos Estatutos no cartório competente. A entidade visitante deve trazer

uma relação das crianças, com nome, idade, local de nascimento, devidamente visada pelo Juizado de Menores, assim como a relação dos acompanhantes que deverão ser funcionários, diretores ou professores da entidade.

O período de férias escolares é reservado para os menores entre 7 a 14 anos por causa dos estudos; os demais períodos para os menores de sete anos.

COMO COMEÇOU

O livro de assinaturas dos visitantes conta uma pequena história de criação deste pequeno hotel infantil gratuito, a beira-mar. "Em 1.º de abril de 1955, no livro de atas das assembleias gerais, foi exarada declaração de abertura para estudo da fundação de uma sociedade beneficente em homenagem à vovó Anita, nascida Ana da Rocha Correa Ribeiro dos Santos em 10 de abril de 1869 e falecida em 16 de novembro de 1954. Estendia-se ainda a homenagem ao seu marido nascido José Ribeiro dos Santos, aos filhos Nívio e Carolina, aos genros Carlos Caldeira e Antônio Ribeiro e aos netos Isete, Nélio e Ciro..."

Mais adiante, a ata relata os passos dados até que se chegasse ao início de obras. "Após longo período de incubação, idéias e propostas, foram elaborados os estatutos, conforme assembleias realizadas em janeiro de 1955, em 10 de abril de 1965, 10 de abril de 1966 e 10 de abril de 1967. Foi iniciada a construção com simples cerimônia da retirada da primeira telha da velha casa". Também ficou consignado no livro a atração que a "Casa da Vovó Anita" exercia sobre os netos e é deles a frase muitas vezes repetida: "vamos para casa da vovó Anita".

Creche terá orientação em máquina

A chefe de gabinete do Fundo de Assistência Social do Palácio, Lucília de Lachmann, garantiu ontem que um assessor do órgão vai visitar o Centro Comunitário e Creche Rio Pequeno ainda hoje, para orientar a instituição sobre os problemas que enfrenta com a miniusina de leite de soja, conhecida por "vaca mecânica", doada pelo Estado há quase dois anos e que até agora não entrou em funcionamento.

Em Campinas, ao tomar conhecimento do caso, o diretor-superintendente da empresa Brameitar — fabricante da máquina — Celso Zangelmi, afirmou que a creche "está sendo induzida por firma concorrente desprovida de escrúpulos, assim como de idoneidade técnica para opinar sobre o assunto", referindo-se à indústria Vanguarda Mecânica, que pretende vender outra "vaca" à entidade, por Cr\$ 2 milhões.

De acordo com o diretor administrativo do Fundo de Assistência Social, Miguel Alves da Silva, a patente da mini-usina de leite de soja está sendo disputada juridicamente pelas duas empresas. Há dois anos, a Brameitar venceu concorrência do governo estadual para aquisição dessas máquinas, destinadas à alimentação de crianças em creches e centros comunitários. Adquiridas na época por Cr\$ 514 mil, as mini-usinas foram instaladas na Freguesia do Ó, em Taboão da Serra, Piraju, Pederneras, Batatais e São Joaquim da Barra, onde funcionam normalmente, de acordo com Lucília de Lachmann, sem que até hoje o Fundo de Assistência Social tenha recebido nenhuma reclamação.

A chefe de gabinete estranhou que a Creche Rio Pequeno tenha demorado tanto tempo para comunicar o não-funcionamento da máquina doada, e alega que há 20 dias, após receber um pedido da entidade, mandou carta à Brameitar solicitando a visita de um técnico ao local. O Fundo liberou verba de Cr\$ 25 mil para pagar a inspeção do técnico, mas o diretor superintendente da Brameitar explicou ontem que o funcionário da empresa não conseguiu marcar data para constatar as condições da "vaca mecânica", "porque a direção da creche simplesmente se recusa a aceitar a visita".

Com capacidade para produzir 120 litros de leite de soja por hora — cuja durabilidade é de sete dias na geladeira, conforme Celso Zangelmi, e não cinco horas, como foi divulgado — a miniusina deve ser manejada por uma pessoa especialmente treinada. O Fundo, que ignora os motivos que levaram a creche a comprar equipamentos complementares, sem assessoria técnica, não pretende investir mais em "vacas mecânicas", devido às dificuldades enfrentadas pelos centros comunitários da Capital na aquisição da soja e manuseio das máquinas. A experiência, que obteve sucesso no Interior do Estado, segundo Lucília de Lachmann, na Capital foi prejudicada pela organização administrativa das creches que funcionam em forma de economia doméstica.

A mulher deve escolher como será o parto

TERESA TEIXEIRA RIBEIRO

O método de parto natural mais comentado por aí é o de cócoras, mas uma coisa não implica outra, necessariamente. A melhor posição para a mulher durante um parto natural é aquela em que ela se sente melhor e que dê segurança ao trabalho médico. Pode ser de cócoras, de joelhos e até mesmo deitada.

Um dos pontos importantes levantados pela ginecologista, obstetra e homeopata Maria Célia del Vale é não interferir no parto na hora errada. Muitas vezes o médico naturalista pode demorar a se decidir por uma cesariana, quando a situação indica que ela deva ser feita. Em outras pode acontecer exatamente o contrário, ou seja, a cesária ser feita antes da hora certa. Como evitar isso "é uma questão de sensibilidade — diz Maria Célia —, porque cada mulher tem uma sensibilidade diferente da outra. Existem mulheres que não sentem as dores da contração, por exemplo".

O segundo ponto importante é fazer o pai participar do parto também e manter o bebê no mesmo quarto da mãe o tempo todo. Maria Célia concorda com a tese de que o melhor mesmo seria fazer o parto em casa, porque é o lugar onde a criança viveu durante os nove meses de gestação e onde ela vai continuar vivendo. Mas essa é uma prática impossível nos grandes centros urbanos, onde a distância do hospital é muito grande e pode oferecer grandes riscos para mãe e filho, em casos de emergência. Além disso, seria necessário uma ambulância muito bem equipada na porta da residência da família, coisa que já existe em países como Holanda, Japão e Inglaterra.

"Aqui em São Paulo — conta Maria Célia — o único lugar onde se pode fazer um parto natural é o Hospital Adventista, que permite a permanência da criança no mesmo quarto da mãe, quando o bebê nasceu sadio e não prematuro". Para o bebê é usado o método Leboyer, ou seja, o cordão umbilical não é cortado imediatamente após o nascimento. Assim que o bebê nasce, procura-se fazer o maior silêncio possível na sala de parto e a intensidade da luz é reduzida.

A história do cordão umbilical é explicada pela médica da seguinte maneira: o cordão leva sangue e oxigênio para a criança. Quando ela nasce começa a respirar pelo pulmão, mas o ar queima o pulmão do bebê e ele sente dor, então para um pouco de respirar. Se o cordão é cortado, o bebê tem a sensação de que vai morrer, fica sem ar, por isso é importante manter o cordão por algum tempo, para que ele abasteça o bebê de oxigênio. Aos poucos o bebê vai conseguindo respirar por si só, é quando o cordão para de bater, e ele bate para dar impulso para que o sangue chegue até o bebê. Enquanto isso acontece, o bebê fica no colo da mãe e depois de cortado o cordão umbilical o pai vai dar o primeiro banho na criança.

Durante toda a gravidez o controle médico é feito da forma tradicional, mas os médicos homeopatas não receitam remédio de espécie alguma para a mulher. São indicados exercícios de preparação física durante todo o período de gravidez e o regime alimentar não é rígido. Isso porque Maria Célia acredita que a mudança dos hábitos alimentares é uma atitude individual, não somente para a época da gravidez. Por isso, no caso de a pessoa não ser naturalista, as únicas recomendações são cortar totalmente o açúcar e a farinha de trigo refinados, porque engordam demais e provocam fermentação no aparelho digestivo, além de usar o sal com moderação, para evitar grande retenção de líquido.

Outra recomendação da médica Maria Célia é que a mulher grávida procure diminuir a quantidade do seu trabalho. Para ela, o ideal seria a mulher trabalhar apenas seis horas por dia, para ter mais tempo para si mesma e para o bebê. "Existe uma pessoa se desenvolvendo dentro do corpo da mulher — diz Maria Célia — e ela precisa de uma maior tranquilidade. Não é uma questão de superproteger a mulher, já que gravidez não é doença, mas de ela ter tempo para curtir sua gravidez."

Maria Célia del Vale trabalha há cerca de seis anos com homeopatia e fez cursos de especialização em Buenos Aires, Londres e Suíça.

Feminismo

F/SP 22/8/82

As mulheres e os perigos da pílula

IREDE CARDOSO

Cuidado! Uma vida é uma vida e a sua pode estar correndo perigo. Veja bem, alguém pode lhe dar a pílula, sem contar o "resto". O resto é simplesmente que você pode ter mais de 35 anos e fumar; você é obesa; você tem hipertensão arterial; alto nível de colesterol; é diabética. Nestes casos, tomar pílula pode ser um desastre mortal.

Pode ser ainda que você nem saiba que, ao tomar pílulas, precisa ter assistência médica constante. Pode ser — é muito provável — que você não tenha sequer recursos para ir ao médico ou que o médico que a atenda seja apressado. Pode ser que seus sintomas sejam mais leves, como dor de cabeça, vômitos, nervosismo, que seu comportamento sexual se torne diferente, que você fique distante, "fria". Alguém contou a você que a pílula pode provocar tais sintomas?

Pode ser que você vá a um médico e decida-se por um Dispositivo Intra-Uterino — o DIU; e aí você tem hemorragias, durante meses, nos dias da menstruação; pode ser que você fique grávida, mesmo com DIU; pode ser que você tenha uma infecção incrível. Pode ser que você sare. Ou não.

Pode ser ainda que você peça ao companheiro para usar preservativos. Pode ser que ele fure, pode ser que você fique grávida sem

desejar porque o método não é seguro. Pode ser que seu companheiro reclame muito por não gostar desse método.

Acidentes vasculares? Pois não, a pílula também pode causar. Infarto? Embolia pulmonar? Por que não? Agravamento de cânceres? Também. Doenças hepáticas? Doenças biliares? Pois sim. Claro. Alterações cutâneas? Também. Infecções no trato urinário? Idem. Alterações nos mecanismos imunológicos? Também. Disritmias? Idem, ibidem.

Bom, perguntarão as caras leitoras: não se pode usar mais pílula? Claro que se pode, mas com muito cuidado médico. E quem, entre as mulheres brasileiras, tem condições para assistência médica constante e boa?

Por isso é que, à medida em que são feitas as pesquisas relativas aos riscos que advêm das pílulas anticoncepcionais, muitas mulheres estão abandonando esse tipo de anticoncepcional. A pílula foi, de fato, uma saída importante para as mulheres que não sabiam dizer "não" a uma relação sexual em momento inoportuno. E isso em um momento histórico em que dizer "não" era uma catástrofe emocional.

Mas hoje, muitas mulheres já sabem dizer "não". "Não" a métodos anticoncepcionais danosos; "não" aos caprichos do macho. E, melhor ainda, seu "não" deixa de ser a mani-

festação de um outro tipo de capricho para ser manifestação de vontade própria.

O grande "não" das mulheres conscientes, todavia, é político. Elas dizem "não" aos projetos de controle de natalidade do governo, temendo ser enganadas por profissionais incompetentes ou de má fé. Elas dizem "não" a um sistema econômico injusto.

Elas dizem "sim", à vida; às creches públicas e gratuitas, geridas pela comunidade; elas dizem "sim" à maternidade, mesmo que os governos sejam incompetentes e nos deixem em situação de miséria cada vez maior. Elas dizem "sim" a um novo modo de vida em que pais e mães possam ter tempo para ficar com seus filhos; para que haja alimento abundante, com a mesma quantidade e barato como tem sido o nosso trabalho.

Elas dizem "sim" a uma nova sociedade, pela qual devemos lutar desde já, desde ontem, desde anteontem, na qual o pobre seja considerado o que é — a vítima de um sistema injusto; as crianças sejam tratadas com o sinal da esperança e as mulheres tenham filhos porque gostam e não tenham que temer a miséria. Temos o direito de ter o número de filhos que queremos, e, ao Estado compete dar saúde à população. Quem faz o planejamento familiar é a gente mesmo. O Estado não tem o direito de invadir o nosso quarto, o nosso amor, o nosso apego à vida.

Jornal: F. H. M. F. L.

Data: 22/08/82

Pag.: 62

Página n.º

N.º do recorte

Preso pela mãe, dos 5 aos 12 anos

PARIS — A opinião pública francesa, indignada, tomou conhecimento este fim de semana do caso de David Brisson, um menino de 12 anos que passou sete anos preso e o último ano encerrado em um armário, numa casa em Bretigny-sur-Orge, perto de Paris. Sua mãe, Françoise Brisson, e o marido, Claude Chevet, estão presos; eles ainda não explicaram as razões de sua atitude, mas a mãe disse à polícia que David "era um menino difícil".

Pesando apenas 30 quilos e medindo 1,20 metro, David foi encontrado terça-feira pela polícia, doente e enfraquecido, mas lúcido. Ele mesmo contou sua história: nunca conheceu o pai e, após seu nascimento, viveu por algum tempo com parentes no interior. Quando Françoise, caixa de um supermercado, foi viver com Claude, diretor do estabelecimento, trouxe David para sua casa. O casal teve um filho, Laurent, e os dois meninos dormiam no mesmo quarto, mas, passado algum tempo, a mãe começou a espancar David e, finalmente, trancou-o no banheiro da casa, onde passou a viver. Uma vez, tirou-o de lá e colocou suas mãos em uma panela de água fervente. Em 1980, David fugiu e acabou sendo hospitalizado. Mas, depois de tratá-lo (inclusive de suas mãos), as autoridades o devolveram à família, sem perguntas. No ano passado, ao sair de férias, a mãe o trancou num armário, com um pouco de água e biscoitos. Desde então, foi lá que viveu.

David só saía um pouco quando o irmão Laurent abria a porta, para que para brincassem juntos — sempre que os pais estavam fora. Até que, na terça-feira, Françoise se esqueceu de trancar o armário, e ele fugiu. Uma vizinha o encontrou em seu jardim e chamou a polícia, que o encaminhou para um orfanato.

Empresas podem ter *FLP 21/8/82* novo tipo de creche

Empresários construindo creches junto às casas dos empregados e não no interior das empresas. Essa idéia, defendida ontem pelo Grupo de Assessoria e Participação (GAP) da Prefeitura, recebeu o apoio do secretário José Ávila da Rocha, da Família e Bem-Estar Social, que acredita na sua viabilidade "desde que a legislação seja alterada e sejam dados incentivos fiscais aos empresários interessados na construção de creche".

O GAP elaborou um projeto que prevê a criação de uma rede de creches a ser construída e mantida por empresas particulares. Ávila da Rocha aprova o projeto, mas reconhece que sua execução dependerá de uma série de medidas, inclusive a nível federal.

"Isso tem de ser feito, pois não temos recursos públicos para atender à elevada demanda de 400 mil crianças, de zero a três anos de idade, de famílias na faixa de zero a três salários mínimos. A Prefeitura aten-

de hoje apenas cerca de 30 mil crianças, apesar de todos os esforços. Por isso, acho a idéia muito boa, mas sei que só dará resultado se for acompanhada da criação de incentivos fiscais, entre outras providências."

INTEGRAÇÃO

Além de uma campanha de conscientização entre o empresariado para que colabore na solução dos problemas da comunidade, o coronel Ávila falou também na necessidade da integração de três Ministerios (Previdência, do Trabalho e da Saúde) para que a proposta do GAP se possa tornar uma realidade.

"A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) estabelece que a construção de creches ou a instalação de locais para aleitamento materno devem ocorrer no interior das próprias empresas. Esse me parece o principal problema — argumentou — pois teremos de mudar uma legislação federal, que não leva em consideração o importante papel da mulher hoje na renda familiar."

De objeto sexual a objeto eleitoral?

As vésperas das eleições, os partidos estão "descobrimdo" as mulheres. Isto é, estão descobrimdo que 51% dos eleitores são eleitoras. Abriu-se a temporada de caça ao voto feminino. É importante que o PT não caia nessa, sabendo levar uma campanha específica para as mulheres, sim, mas baseada nas nossas reivindicações e contribuindo para nossas lutas. Para isso, o Encontro Nacional do PT sobre o Movimento de Mulheres definiu seis pontos centrais para a campanha do PT junto às mulheres. Em torno destes pontos resumimos alguns dados, procurando contribuir para que nestas eleições nós, mulheres, não sejamos mais uma vez apenas objetos, mas agentes das nossas lutas, das nossas experiências, da nossa libertação.

Por Marília Carvalho e Tatau Godinho

O trabalho da mulher

As mulheres vêm entrando cada vez mais no mercado de trabalho. O censo de 1980 registra um aumento de quase 100% em relação a 1970. Neste período, a participação da mulher cresceu no setor industrial, caindo no setor agro-pastoril e mantendo-se estável no setor de serviços. No entanto, isso não significa uma libertação do seu papel tradicional de dona-de-casa. A mulher acumula à sua jornada de trabalho, o trabalho doméstico — não remunerado — somando em média um total de 13 horas de trabalho diárias (UNESCO), incluindo o domingo. E isso com um salário de fome ainda mais minguido do que o do homem. No Brasil, 86% da população economicamente ativa recebe menos do que três salários mínimos. Enquanto 40% dos homens que trabalham se encontram nesta faixa salarial, para as mulheres a proporção sobe para 77%. A média mensal do salário do trabalhador brasileiro em 1980 foi de 11 mil cruzeiros; no caso específico das mulheres baixa para 7 mil cruzeiros. Dado suficiente para constatar a super exploração da mão de obra feminina.

As mulheres se concentram em atividades mal remuneradas — empregadas domésticas, professoras primárias, enfermeiras não diplomadas etc — sendo que o Censo não registra o número de prostitutas. Estes são verdadeiros guetos profissionais reservados às mulheres. Quando as condições de trabalho melhoram, caracterizando uma relação de emprego (carteira assinada, direitos trabalhistas, salário fixo) diminui o número de mulheres no setor. É o exemplo das trabalhadoras rurais. Nas regiões do norte e nordeste do país, a mão de obra feminina é largamente empregada na lavoura familiar de subsistência (40%), caindo para 8% em São Paulo, onde a agricultura é mais modernizada.

No setor industrial, as mulheres são empregadas principalmente nas atividades

des industriais não qualificadas (16%), passando para 5% nas atividades de qualificação superior. Embora a mulher encontre dificuldades para sua formação profissional devido à dupla jornada de trabalho, a dificuldade de ser aceita nos cursos profissionalizantes e à tradicional educação para as tarefas "compatíveis com sua condição feminina", nem sempre é a falta de formação específica que determina sua reduzida participação em cargos mais bem remunerados. O fato de ser mulher, geralmente, fecha as portas para os melhores empregos. A trabalhadora tem mais dificuldade de encontrar emprego se for casada, geralmente tem que se submeter a exames ginecológicos (controle de gravidez) para a admissão, ou mesmo exames periódicos para garantir ao patrão que não terá mais uma gestante na empresa, o que significa maior possibilidade de faltas, necessidade de assistência médica, eventual queda na produção e licença para o parto.

E as dificuldades não param na busca de melhores empregos. Mesmo quando têm formação profissional para exercer melhores cargos, o salário que a mulher recebe é mais baixo do que o do homem que exerce a mesma função (veja o ponto Mulher Negra). As reivindicações por melhores salários se acrescenta a luta pelo salário igual.

Os direitos garantidos pela CLT colocam sobre a mulher o ônus dos problemas familiares, na medida em que prevêem a obrigatoriedade de creches apenas para empresas com mais de 30 mulheres em idade de reprodução e definem proteção à maternidade e não à família do trabalhador. E mesmo assim, na medida em que mais da metade das mulheres trabalha em setores de prestação de serviços e sociais — onde estão as empregadas domésticas que representam 33% do total da mão de obra feminina — grande parte não recebe nem mesmo as garantias insuficientes da CLT.

É fundamental que o movimento sindical incorpore as reivindicações específicas da mulher trabalhadora, fiscalize o cumprimento da legislação existente lutando pela sua extensão às categorias, predominantemente femininas e pela abolição de seus aspectos machistas, que discriminam a mulher muitas vezes sob o nome de proteção e criam barreiras para sua aceitação no mercado de trabalho.





Planejamento Familiar

"A partir do terceiro filho a gravidez não é mais uma alegria, mas uma preocupação", afirmava num curso de sexualidade uma mãe, da periferia de São Paulo. As primeiras razões são, sem dúvida, as condições econômicas: como criar 4 ou 5 filhos com um salário mínimo? Mas o projeto de vida da mulher, o seu direito a uma profissão, à participação política, também ficam em jogo, pois ela sabe que todo o trabalho e responsabilidade de criar essas crianças vai cair sobre ela.

Uma terceira razão que leva as mulheres a se interessarem enormemente pelo planejamento familiar são os preconceitos sociais, principalmente contra a mãe solteira.

A essa demanda, às vezes desesperada, o Estado brasileiro tem respondido com planos autoritários de mero controle da natalidade. O censo de 80 aponta uma queda de 24% na taxa de fecundidade da população brasileira. Em São Paulo, sabemos que 40% das mulheres esterilizadas sofreram a operação com menos de 30 anos de idade. E que a implantação dos planos da BENFAM no nordeste fizeram da esterilização um método mais usado lá do que a pílula.

Ao lado disso, estes projetos de "planejamento familiar" não garantem assistência médica à mulher. E escondem muitas informações — como os efeitos colaterais do uso da pílula, ausentes do caderno de informações do Pró-Família, de São Paulo — ou deturpam outras — como ao afirmar que a operação de ligação de trompas é reversível, no mesmo caderno.

As mulheres devem ter o direito de escolher se querem ter filhos ou não, quando e quantos, a partir de seu próprio projeto de vida ou do casal, sem imposição do Estado, nem das condições econômicas e dispondo de todas as informações e de assistência médica.

A mulher negra

Muita gente ainda acha que existe racismo no Brasil. Mas o movimento negro e o movimento feminista têm se unido, trazendo à tona a situação daquelas mulheres que são discriminadas também por serem negras.

Nas ocupações de nível superior, as mulheres ganham, em média, 35% a menos do que os homens e as negras recebem 48% a menos do que as brancas. Nas ocupações de nível médio, as mulheres ganham 46% a menos do que os homens e as negras 24% a menos do que as brancas. (Lélia Gonzalez, *Mulherio* nº 3 set/out. 1981). Nas ocupações manuais, estão empregadas 87% das negras que trabalham fora. Nas cidades são empregadas domésticas e, no campo, são trabalhadoras não remuneradas da agricultura familiar, ocupações sem direitos trabalhistas completos. Isso resulta em que só 40% das trabalhadoras negras têm carteira, em comparação a 60% das brancas.

As negras têm mais dificuldade para estudar e adquirir uma profissão e, quando estudam, são recusadas nos cargos de contato com o público pela exigência de "boa aparência", na verdade "aparência de branco". O papel social que lhes é reservado é o de "mulatas", objetos sexuais, ou de "mães-pretas", servidoras e submissas.



Educação diferenciada

A desigualdade entre homens e mulheres não tem origem nas diferenças biológicas. O homem aprende a ser opressor assim como a mulher aprende a ser submissa. Meninas e meninos são educados de forma diferente na família, na escola e através dos meios de comunicação.

A família, sua estrutura já é um exemplo a ser "seguido": a mãe, mesmo quando trabalha fora, é responsável pelos trabalhos domésticos, enquanto o "mundo lá de fora" é o espaço do pai, dos homens. Meninos são estimulados a atividades criativas e exploradoras, enquanto as meninas devem ficar sempre quietinhas e limpinhas.

Na escola, as crianças encontram somente professoras, sua "segunda mãe". Encontram livros didáticos com frases como essa: "Mamãe é a rosa que enfeita a casa, a mesa, o jardim." (E. Bechara, *Hora de Aprender*) e vão seguir carreiras diferentes, umas "próprias" para mulheres, outras para homens.

Na televisão, no rádio e na imprensa, essa divisão é mais uma vez acentuada. Mulheres vendem produtos masculinos ou compram shampoos para se embelezarem, enquanto homens fumam cigarros e dirigem seus belos carros, com belas mulheres. Brancas, é claro...

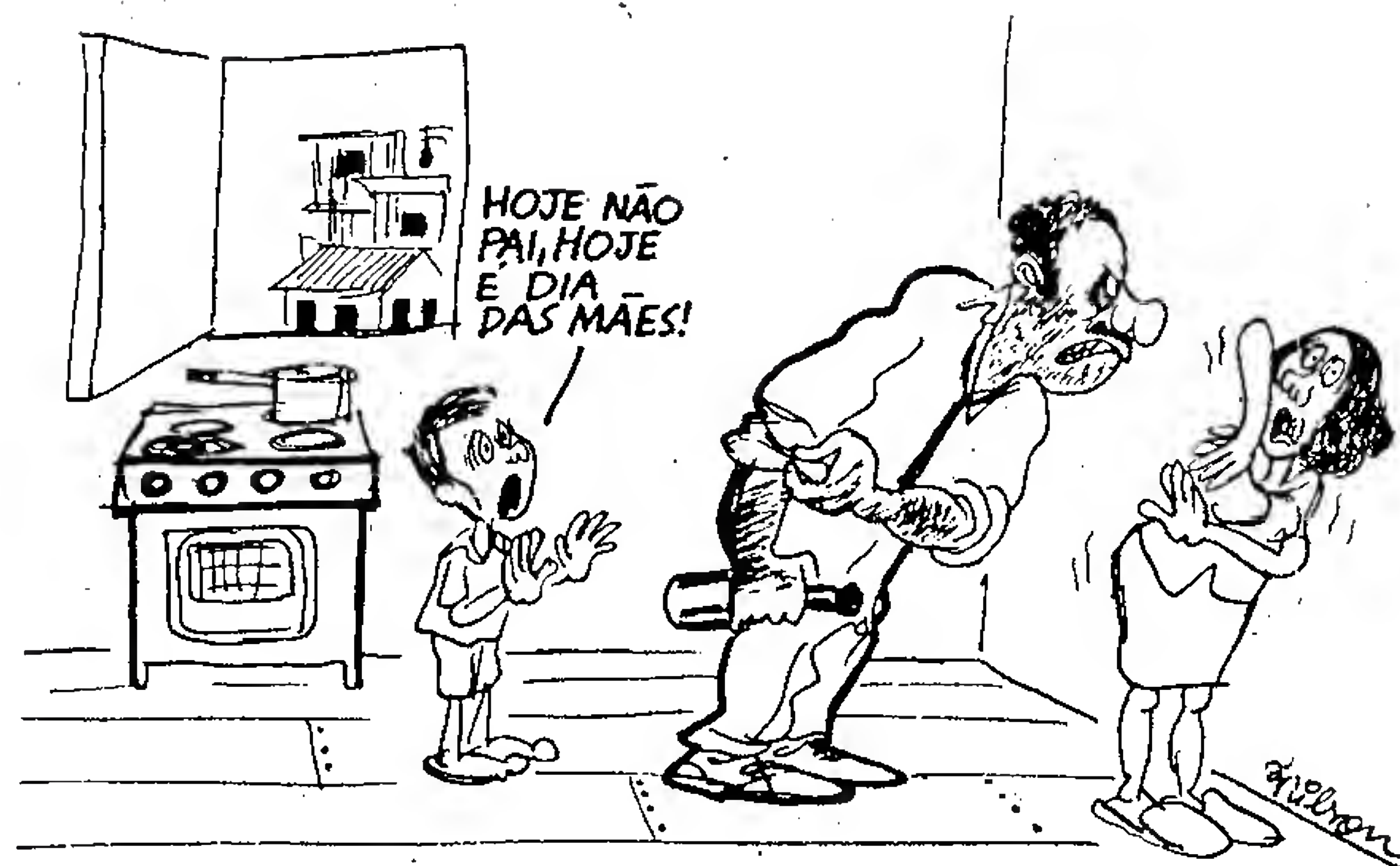


A violência cotidiana

"Matei porque ela queria a liberdade". Isso declarou um dos maridos assassinos em Minas Gerais, agosto de 1982. Naquele momento, alguns casos de assassinatos de mulheres por seus maridos apareceram na imprensa e mobilizaram a opinião pública. Naquele momento, as mulheres em Minas e depois pelo Brasil afora começaram a se reorganizar para enfrentar coletivamente a questão da violência masculina sobre as mulheres.

Quer dizer, para fazer aparecer formas de violência cotidianas, que passam totalmente em silêncio, em branco. Não há dados sobre isso, estatísticas. O S.O.S.-Mulher de São Paulo, em um ano e meio de funcionamento, atendeu 1.050 casos, de discriminações e assassinatos. Segundo o jornal *Movimento* (n.º 332, de 15/11/81) houve 772 assassinatos de mulheres "por amor" em São Paulo, no ano de 1980.

Mas, fora os assassinatos, os números que aparecem nas delegacias dizem



pouquíssimo, porque pouquíssimos casos de estupros ou espancamentos chegam a ser denunciados. Além da vergonha — "Olha lá a Mariuzinha que foi estuprada semana passada!" — "Se já não é virgem, não preciso mais respeitar" —, as mulheres sofrem verdadeira inquisição e têm que passar por exames vergonhosos nas delegacias.

O movimento de mulheres tem procurado criar formas de solidariedade entre as mulheres vítimas — os S.O.S. — e reivindicado um setor especial nas delegacias nos postos de saúde, sob controle do movimento, para atender às mulheres. Mulheres que apanham dos maridos, chegando, segundo as fichas do S.O.S., a verdadeiras seções de tortura.

Pois a violência evidentemente não é apenas física. É difícil determinar onde ela começa. Os casos extremos — que chocam e que comovem — são apenas a ponta do "iceberg" da discriminação cotidiana, das violências pequenas despercebidas. A violência está indissoluvelmente ligada à dominação. E violência e dominação estão no extremo oposto do amor, da igualdade e da democracia.

A luta por creches

A luta por creches tem mobilizado as mulheres em todas as cidades brasileiras já há alguns anos. Em São Paulo, o Primeiro Congresso da Mulher, em março de 1979, criou a Coordenação do Movimento por Creches, unificando vários bairros que já estavam na luta. De lá para cá, assistimos às tentativas do governo municipal de capitalizar para si as conquistas do movimento, com o Sr. Reynaldo de Barros centrando a sua campanha eleitoral para governador nas "800 creches que construiu".

Existem em São Paulo 406.578 crianças entre 0 e 6 anos, cujas famílias recebem até 4 salários mínimos. Destas, apenas 13.548, isto é, 3,33%, vêm sendo atendidas pelo programa municipal, segundo dados da própria prefeitura, de maio de 1982. Na verdade, são 108 creches municipais, funcionando em precaríssimas condições, sem o pessoal necessário, sem material — como brinquedos ou cortinas — sem mesmo espaço físico onde alojar as crianças. O orçamento municipal de 82 reduziu em 10% os recursos para construção de novas creches e suprimiu os de reforma e ampliação das creches em funcionamento.

A situação de São Paulo é um exemplo do que acontece em todas as cidades brasileiras. As creches, para o atual governo, não são uma responsabilidade social do Estado. Não são um direito das crianças de se educarem e de terem uma vida coletiva; nem um direito das mães de verem a sociedade se responsabilizar pela educação das crianças, ao invés de descarregar esse trabalho sobre os ombros de cada dona-de-casa, ao lado de todos os trabalhos domésticos. Para o governo — e para o PDS — as creches são apenas um cala-boca para as mulheres que lotam as salas de espera das prefeituras e um instrumento político-eleitoral.

As mineiras se unificam

Primeiro foram as cariocas, que reuniram em torno do "Alerta Feminista para as Eleições" mulheres de vários partidos políticos, elaborando uma proposta unitária de programa (Veja **EM TEMPO** n.º 152). Agora, a vez das mineiras. Com base no texto carioca, reuniram-se a Comissão Pró-Federação da Mulher Mineira, o Centro de Defesa dos Direitos da Mulher, o Movimento de Organização das Mulheres, os Departamentos femininos dos sindicatos dos Engenheiros e dos Médicos, o departamento Feminino do PMDB e a Comissão de Mulheres do PT. E elaboraram uma plataforma que será discutida com todos os partidos.

Essa iniciativa partiu da avaliação da importância de propostas que unificassem o que há de organizado no movimento de mulheres em Belo Horizonte, gerando trabalhos comuns. E da certeza de que o

momento eleitoral deve ser aproveitado para a propaganda e discussão das reivindicações das mulheres e para a organização do nosso movimento.

Além disso, as participantes estavam convencidas de que precisavam somar suas forças para fazer com que os partidos encarassem realmente esta questão, assumindo a plataforma do movimento não apenas da boca pra fora, na hora das eleições, mas de maneira a contribuir para o movimento.

O texto inicial, que ainda vai receber alguns retoques, trata dos direitos e cidadania do trabalho, da educação, do corpo e saúde, e da violência. Destes pontos, destacamos os itens sobre "educação diferenciada" e sobre o "trabalho doméstico", como contribuição para as plataformas que estão sendo discutidas em todos os estados.

Educação diferenciada

"Exigimos:

1. Reformulação da orientação do ensino, no sentido de transformar a imagem subalterna da mulher veiculada pela escola, tanto a nível dos conteúdos — manuais escolares e programas — quanto a nível das práticas pedagógicas — jogos, exercícios etc.

2. Reformulação dos cursos de formação e atualização dos professores, no sentido de refletir e discutir o problema da educação diferenciada quanto ao papel do professor, no reforço dessa diferenciação; da sexualidade, enquanto instrumento de perpetuação da posição subalterna da mulher.

3. Gestão comum da escola por parte de pais, alunos e professores, no que se refere ao conteúdo, forma de ensino e administração de recursos. Esta prática deve incluir também as entidades profissionais, estudantis e comunitárias."

Trabalho doméstico

"Declaramos que o trabalho doméstico não é feminino. No sentido de se garantir que as tarefas domésticas sejam função social, reivindicamos: horário integral nas escolas até o 1.º grau, inclusive, e educação gratuita para todos em todos os níveis; construção e manutenção pelo Estado de creches e escolas até o 2.º grau nos locais de moradia (favelas e bairros) sob controle dos moradores; garantia de alimentação aos menores através de merenda escolar gratuita e obrigatória nas creches e escolas até o 2.º grau; instalação e manutenção por parte do Estado, de restaurantes populares para alimentação dos trabalhadores, nos locais de moradia e de trabalho, sob controle destes trabalhadores; instalação e manutenção, por parte do Estado, de lavanderias coletivas nos locais de moradia, sob controle da comunidade.

(Da sucursal).

Centro e creche vão ser erguidos pelos formandos

Os formandos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Moji das Cruzes decidiram, depois de várias assembleias, aplicar o dinheiro que seria gasto este ano com a festa de formatura e colação de grau na construção de um centro comunitário para atender cerca de dez mil moradores do carente bairro periférico de Brás Cubas. Pelo projeto dos estudantes, que será executado com doações de toda a comunidade, e possivelmente através de mutirões, também será construída uma creche para crianças carentes.

Foto Clecro de Oliveira Neto



"Neco" e Vânia Lúcia.

A idéia partiu do estudante Antônio Carlos Moretzsohn de Castro, ou "Neco", como é conhecido, durante reunião para discutir o orçamento apresentado por uma empresa para a realização da festa de formatura, no valor de Cr\$ 5 milhões.

No início, "Neco" propôs a construção de uma creche para dar atendimento às crianças carentes do município e logo em seguida o projeto foi transformado em centro comunitário, pois possibilitaria a integração de toda a população através de cursos e lazer.

CONCURSO

Lançada a idéia, os 120 formandos deste ano decidiram realizar um concurso entre alunos da Universidade de Moji das Cruzes para a elaboração do projeto. O trabalho vencedor foi de uma equipe de alunos do terceiro ano da Faculdade de Arquitetura. A primeira fase do projeto prevê a construção de 192 metros quadrados. No total, o centro comunitário terá cerca de 300 metros quadrados, que serão executados conforme as doações.

Essa primeira fase irá compor a infra-estrutura básica do centro comunitário, com a construção da cozinha, lavanderia, berçário, lactário, enfermaria e salão. Isso permitirá, segundo "Neco", o início da participação da comunidade em aulas de corte e costura, festas, reuniões e ainda o funcionamento do Clube de Mães.

Conforme a disponibilidade de verba, os estudantes irão concluindo o projeto. Dessa forma, após fevereiro do próximo ano, quando estiver concluída a primeira fase, será iniciada a segunda, com a construção de mais um berçário, maternal 1 e 2 e um depósito. Caso não haja nenhuma modificação do projeto inicial, a terceira fase comportará mais duas salas, maternal 3, vestiários e pré-escola.

RECURSOS

Os recursos para a construção do centro estão constituindo o maior problema para os estudantes. Inicialmente, fizeram uma rifa que rendeu cerca de Cr\$ 1 milhão e obtiveram doações de mais Cr\$ 200 mil.

Além disso, conseguiram a doação da área de 2164 metros quadrados, onde será construído o centro, da Diocese de Moji das Cruzes, e blocos e vigas de uma empresa. A Prefeitura vai colaborar com os serviços de terraplenagem, que serão iniciados até o final deste mês.

Por se tratar de um projeto pioneiro, os estudantes estão mobilizando toda a comunidade em busca de doações, que podem ser em dinheiro, através da conta número 53.833/7 do Bradesco, agência Moji das Cruzes, ou em material para a construção. As doações serão deduzidas do Imposto de Renda e os recibos podem ser conseguidos pelo telefone 469-5333, ramal 118.

Para resolver o problema da mão-de-obra, os estudantes pretendem fazer reuniões com líderes da comunidade, na tentativa de construir o centro através de mutirões, onde cada trabalhador receberá por horas trabalhadas, dispensando a contratação de firmas, que costumam ter um orçamento muito elevado.

BOM EXEMPLO

A intenção dos alunos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo é que a idéia de trocar a festa de formatura pela construção de obras que beneficiem a comunidade carente seja entendida a todos os formandos.

"É muito mais importante que uma quantia exorbitante a ser consumida em apenas um dia seja aplicada em favor da população carente, já que o governo não cumpre o papel de executar obras desse tipo em periferias de municípios da Grande São Paulo", enfatizou "Neco".

Para uma das integrantes da comissão, a professora Maria Isabel Santos Serra, a partir do momento em que não apenas a comunidade, mas toda a sociedade tomar consciência da importância desse tipo de trabalho, a construção do Centro Comunitário estará mais perto da realidade.

Também o bispo diocesano de Moji das Cruzes, dom Emilio Pignoli, está dando apoio à iniciativa. Ele se comprometeu a destinar a verba conseguida nas festas do Divino e de Sant'Ana, no próximo ano, para a execução do projeto.

Sem verbas, a Prefeitura mantém creches fechadas

60 mil aguardam vagas e não há dinheiro para concluir programa

ANTENOR BRAIDO

Apesar de prontas, diversas creches municipais continuam fechadas há vários meses. Entre as que funcionam, muitas enfrentam problemas — faltam funcionários, equipamentos adequados, serviço de conservação, e até alimentos, sem contar o atendimento médico, considerado precário.

O secretário da Família e Bem-Estar Social (Fabes), coronel José Ávila da Rocha, informa que existem atualmente 132 creches em funcionamento, 81 em construção e 43 em projeto, aguardando verbas federais para terem suas obras iniciadas. No total, serão 256 creches — ou seja, 44 a menos que as 300 que o ex-prefeito Reinaldo de Barros anuncia ter construído durante sua gestão.

Segundo a Fabes, 68 dos prédios inaugurados pelo Programa de Creches da Prefeitura terão de ser reformados — os pisos de cimento, por exemplo, precisam ser trocados. Para tanto, conforme orçamento da Fabes, serão necessários Cr\$ 45 milhões. Os problemas são muitos e o número de mães, que procura creches da Prefeitura para seus filhos, também. O Movimento de Creches garante que há 60 mil crianças aguardando vagas.

O secretário José Ávila da Rocha, apesar de revelar preocupação com a falta de verbas, garante que o Programa de Creches será concluído até março do próximo ano. "A meta de Reinaldo de Barros será cumprida pelo atual prefeito Antônio Salim Curiati", afirma.

Ávila da Rocha acrescenta que a Fabes procura dar assistência completa às creches e que "isso vem sendo feito". Mas membros do Movimento de Creches, mães e muitos funcionários reclamam da falta de apoio. "Muitas creches sobrevivem precariamente e se mantêm graças ao esforço e boa vontade dos funcionários", afirma Maria Lurdes Teris Cardoso de Andrade, da Vila Aurora, zona Norte da cidade. "Os equipamentos quebram com facilidade e a reposição demora muito", explica uma cozinheira (que prefere não se identificar).

"ESTOU DESESPERADA"

A creche do Jardim Ernestina, Santo Amaro, foi construída há dois anos e até hoje continua fechada. Durante esse período foi reformada duas vezes. "Estou desesperada", diz Tânia Almeida, que mora na rua Guilherme Belfort Sabino, ao lado da creche. "Preciso trabalhar, tenho três filhos pequenos e não posso fazer nada porque estou esperando que a obra seja inaugurada."

Quando começa a falar sobre o assunto, Tânia fica revoltada, lembra as dificuldades cada vez maiores para alimentar os filhos e acrescenta: "Os preços sobem a cada dia, meu marido ganha o mínimo. Se eu pudesse trabalhar, dava uma colaboração. Mas não tenho onde deixar as crianças." Descrente das autoridades, ela afirma que não vai votar em ninguém nestas eleições. "Tenho que ir retirar o título de eleitor, mas acho que nem vou gastar dinheiro para isso. Não adianta nada..."

Mas não é só Tânia que está irritada com a creche fechada. Neusa Facina, Lurdes Teixeira e Jessi Salles, que moram na rua Santana, reclamam dos problemas que o prédio da Prefeitura traz para os vizinhos. "A noite, marginais se escondem nas imediações e o terreno ao lado funciona como um verdadeiro lixão. Já fizemos inúmeras reclamações, encaminhamos diversos pedidos à Administração Regional de Santo Amaro, mas tudo continua igual", conta Jessi Salles.

Não é, todavia, apenas a creche do Jardim Ernestina que está fechada. Somente na zona Sul existem pelo menos cinco nessas condições — todas prontas há vários meses. No Jardim São Luís, por exemplo, os moradores do Promorar (ex-Invasores do Parque Europa) aguardam com ansiedade a abertura de duas creches prontas desde abril.

"Estou precisando trabalhar", explica a dona-de-casa Maria Alves dos Reis. "Meu marido está desempregado, mas não tenho com quem deixar o meu filho. Na Prefeitura de Santo Amaro informaram que as creches vão funcionar nos próximos meses, por enquanto ainda faltam funcionários."

MUITO ESTRANHO

Carlos do Carmo, vizinho de Maria Alves dos Reis, acha estranho o motivo alegado pelas autoridades. "Só aqui no Promorar tem mais de 35 pessoas inscritas e prontas para trabalhar nas creches. Até agora não apareceu ninguém para dar qualquer informação. Os dois prédios podem funcionar com os desempregados daqui. Não sei o que estão esperando."

Segundo o Movimento de Creches da região Sul existem ainda creches prontas e fechadas no Jardim São Bento, Jardim Maria Alice e Jardim São Joaquim. No Jardim Capela, os moradores ameaçaram invadir a creche que havia sido inaugurada em abril e permaneceu até quinta-feira passada sem receber uma criança sequer. Pressionada, a Secretaria da Família e Bem-Estar Social não teve outra alternativa,



Mães aguardam a entrega das creches do Jardim São Luís, prontas há 2 meses.



Outra unidade concluída no Jardim Ernestina permanece fechada há dois anos.

senão abrir a creche. Mas, embora possa receber até 120 crianças, tem apenas 53.

Os moradores da Vila Aurora pretendem inaugurar a creche antes que as autoridades o façam. "Estamos cansados de esperar, afirma Maria Lurdes Teris Cardoso de Andrade. O prédio está pronto há dois meses e não sabemos o que o prefeito quer fazer."

EQUIPAMENTOS

Integrantes do Movimento de Creches afirmam que muitas creches enfrentam problemas pela falta de manutenção de equipamentos. Na da Natália, por exemplo, localizada próximo à regional de Campo Limpo, uma das duas máquinas de lavar roupa está quebrada há várias semanas. Por causa disso, os funcionários são obrigados a fazer "um esforço muito grande, lavando no tanque a roupa das crianças, cerca de 700 peças por dia".

Em quase todas as creches, ainda segundo o Movimento, falta material como fósforos e álcool para limpeza. Na creche do Parque Figueira Grande, também região de Campo Limpo,

os funcionários se cotizam para comprar os produtos que deixaram de ser fornecidos pela Fabes. Nos últimos meses, foi cortado o pão da alimentação diária das crianças, gerando muitas reclamações de mães.

Mas, se os equipamentos demoram para ser repostos, os funcionários nem chegam. "Nenhuma tem o quadro completo", afirma Lurdes de Andrade, integrante do Movimento de Creches.

ATENDIMENTO MÉDICO

A Secretaria da Família e Bem-Estar Social tem apenas um médico à disposição para atender a todas as creches. "Trabalho aqui há vários anos — diz uma funcionária da creche do Parque Figueira Grande — e vi o médico apenas uma vez".

Quando alguma criança tem problemas de saúde, geralmente os funcionários da creche fazem o que podem e, em último caso, chamam a mãe. "Muitas delas — afirma uma pajem da creche Natália — já perderam o emprego por causa disso".

Tudo vai muito bem, diz Fabes

O secretário da Família e Bem-Estar Social, coronel José Ávila da Rocha, no cargo há pouco mais de dois meses, disse em entrevista à "Folha", quinta-feira, que o Programa de Creches "vai muito bem" e que apenas nove unidades ainda não estão sendo utilizadas pela comunidade.

A maioria delas, conforme explicou, se localiza na zona Leste, e só não foram entregues à população porque tiveram que ser redimensionadas. "Elas tinham sido projetadas para receber um número X de crianças, mas depois constatamos, pelo número de inscrições, que era melhor fazer uma reforma. Até o final de outubro todas elas estarão prontas."

Ao ser perguntado sobre as creches fechadas da zona Sul, o secretário solicitou a colaboração de um assessor que assistia à entrevista. Este informou que todas estão funcionando, inclusive a do Jardim Ernestina, pronta há mais de dois anos.

"A medida que as creches vão ficando prontas, fazemos logo a inauguração e as entregamos à comunidade", explicou Ávila da Rocha, acrescentando ainda que para todas elas já existem funcionários designados.

MUITO CARINHO

Segundo ele, sua Secretaria vem cuidando com muito carinho do Programa de Creches — "estamos dando tudo o que elas precisam para

funcionar", asseverou. Ávila explicou também que todas elas estão com o quadro de funcionários completo, contrariando informações do Movimento de Creches.

Ávila garantiu que cada creche tem 47 funcionários, assim divididos: um diretor; um auxiliar de diretor; um auxiliar de enfermagem; uma assistente de administração, três professores de educação infantil; uma cozinheira; quatro auxiliares de cozinha; uma atendente de enfermagem; vinte e seis pajens; cinco serviais; dois vigias e um zelador.

A Fabes tem atualmente cerca de 9.500 funcionários, a grande maioria, segundo Ávila da Rocha, trabalhando nas creches. Com relação ao atendimento médico, explicou que este vem sendo dado pelas unidades da Secretaria de Higiene e Saúde do Município. "Não cabe a nós cuidarmos disso. Temos convênio com a Higiene e Saúde e sei que eles estão fazendo o trabalho combinado", disse.

O secretário da Fabes garantiu também que não estão faltando equipamentos nas creches e observou que a comunidade está participando de tudo. "Eu recebo todo mundo que queira fazer qualquer reivindicação ou discutir problemas. Ávila da Rocha concorda que são necessárias mais creches, mas afirma que sua pasta está preocupada em cumprir o programa traçado pela administração passada. "Depois veremos o que pode ser feito", acrescentou.



Maria Alves dos Reis necessita trabalhar, mas não tem onde deixar seu filho.

Feminismo *FSP 19/9/82*

Números confirmam a dupla jornada

IREDE CARDOSO

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) traz-nos uma pesquisa que, se é má para as mulheres, também não é nada boa para os homens. Vejam só: 46% das mulheres em idade ativa trabalham 80 horas por semana, enquanto seus maridos só trabalham 40 e, em alguns casos, 35. Esse horário de trabalho cavalaresco, evidentemente, a soma do que se trabalha fora e dentro de casa. O homem, no mundo, chega em casa e a encontra preparada para recebê-lo "condignamente": a mulher já preparou o jantar, já fez o que "precisava como dona-de-casa e mãe de família".

Quando as feministas assinalam que a questão do trabalho feminino atravessa classes e países, desenvolvidos ou não, com diferenças apenas de intensidade, desafiam cartilhas ortodoxas de esquemas interpretativos da sociedade.

Mas estão aí os números que não nos deixam desamparadas. Para a OIT, no chamado Terceiro Mundo, as mulheres como são consideradas seres de categoria inferior, conformam-se mais, o que as impede de rebelar-se contra essa

situação de exploração e opressão.

É ainda verdade que o trabalho doméstico difere muito para as que dispõem de máquina de lavar ou de secar roupas e pratos, entre outros equipamentos domésticos sofisticados. Na União Soviética, o divórcio por causa dessa divisão injusta de trabalho, continua mantendo altos índices.

O mesmo ocorre nos Estados Unidos. Imaginem no Brasil. A questão que se coloca é a da "liberação" da mulher: trabalhando fora e dentro de casa, ela pode se considerar uma cidadã independente? Independente para quê? Ficando em casa, terá melhor opção? Olhará com visão mortal para o marido que não ajuda? Recriminará, reclamará, chorará?

O fato é que a OIT também estudou o problema das doenças causadas em mulheres com dupla jornada de trabalho: fadiga exagerada, prejudicando não só sua saúde, como também seu rendimento e vida pessoal. Em São Paulo, pesquisas indicam que crianças, filhas de mulheres com duas jornadas, sofrem problemas de desnutrição com maior facilidade. A mulher também é vítima de depressões, tentativas de suicídio;

internamentos são mais frequentes entre mulheres casadas, em hospitais que cuidam da saúde mental.

A Organização Internacional do Trabalho assinala que essas mulheres formam a terceira parte da população economicamente ativa do mundo e, por isso, o órgão deverá fazer reunião especial para lidar com a questão. É preciso que mudem as condições atualmente existentes, porque elas têm-se refletido no desprezo pela mulher, nos ataques sexuais, no analfabetismo — mais de 60% dos analfabetos do mundo são mulheres e, de cada 3 analfabetos, 2 são mulheres —, nas más condições de vida da população, uma vez que somos mais da metade, no mundo.

Mudar essa situação depende, como se vê, de homens e mulheres. Não há decreto que possa modificar esse panorama. Em Cuba, 25% das mulheres em idade economicamente ativa não trabalham porque seus maridos "não permitem". Lá, como cá, não se pode culpar o sistema. É preciso que as pessoas comecem a se colocar como pessoas mesmo, sem jogar no outro ou "naquilo" a responsabilidade dessas ações de opressão e ex-

ploração. Será que nós, mulheres, teremos que conviver com espécies mais ou menos sofisticadas de golgôths? A frase é forte e só espero que seja ressaltada da generalização.

Mas muitos homens têm advertido, mostrando a responsabilidade da mulher nessa situação: o oprimido ama o opressor? Será que não há saídas? Precisamos manter o chão brilhando, a panela retinindo, o pó ausente, o cinzeiro limpo, a roupa lavada, a comida cozida, o prato enxuto, a cozinha gostosa? Penso que será muito difícil deixar de "curtir" uma casa organizada. Mas valerá a nossa saúde? Em todo caso, fica a velha recomendação sobre a necessidade de mudança de mentalidade. E não é fácil mudar a ideologia que considera a mulher como ser inferior. Porque ela dá um certo poder. As mulheres que se safaram dos trabalhos domésticos, que encontraram um parceiro cooperativo, por mais que trabalhem, sabem como é mais fácil viver, pensar, planejar, rir. Pena que sejam tão poucas.

ORLANDO CHIOSSI

Exposições sobre tela de natureza morta e marinhas na inauguração do Restaurante Signorina R. HADDOCK LOBO, 1.578.

Ação Comunitária

ajuda a periferia

O trabalho começou há quinze anos

Trazida por empresários entusiasmados com a experiência da entidade norteamericana na Colômbia e Venezuela, a Ação Comunitária implantou-se no Brasil em 1967, com a proposta de criar nas populações por ela assistidas "condições que propiciem mudanças de atitudes do indivíduo, abandonando as soluções de alívio e paternalismo". Tendo como princípio a tese de que "os problemas da população somente serão resolvidos pela própria população, sem a utilização de métodos assistencialistas", as primeiras atividades da Ação Comunitária desenvolveram-se em favelas do Rio de Janeiro. Mais tarde, tendo em vista a necessidade de abarcar outros setores, a entidade passou a atender também moradores em cortiços de São Paulo.

Durante toda a década de 70, as atividades da Ação Comunitária resumiram-se na tentativa de montar nas comunidades uma infraestrutura capaz de assegurar no futuro a continuidade dos trabalhos pelos próprios moradores. Assim, durante anos, técnicos da entidade trataram de incentivar a reunião da população em torno de associações de bairro e a organização de movimentos reivindicatórios. Passada esta fase, que estabeleceu bases sólidas para um trabalho em comunidade, a Ação Comunitária do Brasil re-

solveu estabelecer cursos e serviços na periferia, cuja finalidade seria (e ainda é) "instrumentalizar a população mediante o ensino de técnicas semiprofissionalizantes e a adoção de projetos que promovam a educação, o aumento da renda familiar e a aceleração da integração econômica e social".

ORGANIZAÇÃO

Dado o alto grau de organização e solidariedade constatados entre a população, as regiões de Campo Limpo e Santo Amaro, onde existem hoje cerca de 200 associações de moradores, foram escolhidas para implantação dos novos projetos. Tendo como fontes arrecadadoras a venda de cartões de Natal e a contribuição de empresas e órgãos do governo, a Ação Comunitária criou quatro programas que seriam assegurados às comunidades, através de convenio entre a entidade, e Sociedades Amigos de Bairro. O único requisito para assinatura do convenio é a existência de uma sede, mesmo que seja um galpão de madeira, para que os serviços sejam instalados, com exceção do programa de saúde, que exige local mais apropriado.

Hoje, a Ação Comunitária mantém trabalhos em onze áreas de Campo Limpo e seis áreas de Santo Amaro, atingindo cerca de 30 mil pessoas. O Programa de Educação Infantil assiste 922 crianças, o que

corresponde a dez pré-escolas, com quase cem alunos cada uma. Os monitores vêm do próprio bairro e não são qualificados. Assim, passam por um treinamento sistemático, onde se discute como melhor adequar os princípios da entidade às necessidades das crianças. Como explica Maria A. Teresa de Diego Moura, gerente-geral da organização, "esta adaptação não é mecânica, ou seja, não é uma simples transposição de informações".

Todo o material necessário ao Programa de Educação Infantil é fornecido pela Ação Comunitária. Os pais pagam apenas uma mensalidade, que fica a critério da Sociedade Amigos do Bairro, sendo que a entidade também sempre cobre uma certa quantia.

Saúde é uma preocupação

O Programa de Saúde Comunitária, coordenado pelo médico Alexandre Siciliano Junior, mantém três ambulatorios em Santo Amaro, no Parque Rondon, Jardim Tamoio e Jardim Orli, e mais um Posto de Atendimento de Saúde conveniado com a Secretaria estadual da Saúde, no Jardim Maria Sampaio. Cada unidade conta com médico pediatra, ginecologista, enfermeiras atendentes e enfermeira nível

A, inteiramente pagos pela entidade. Salienta Maria A. Teresa que, além de vacinação, distribuição de leite e atendimento pediátrico pré-natal, os postos têm como objetivo desenvolver a medicina preventiva.

Quanto ao Programa de Iniciação Profissional, sua **p r o p o s t a** é pré-profissionalizante, não tendo a intenção de colocar a pessoa no mercado de trabalho. Maria Alves da Silva João, supervisora do setor, conta que 88% da clientela é feminina. São 324 mulheres, distribuídas em onze áreas, que praticam corte e costura, confecção de calças e camisas, artigos de crochê, pintura em tecido e manicure, auxiliadas por uma pessoa da própria comunidade com mais experiência.

No momento, técnicos da entidade estudam a implantação de "Núcleos de Produção", espécie de cooperativas que reuniriam dez senhoras na produção de artigos para venda, sendo que 60% das rendas ficariam com a cooperativa, 30% para cada artesã e 10% para a associação de moradores. Conforme Maria Alves, o objetivo dos sete núcleos, que dentro em breve começarão a funcionar, é "aproveitar as pessoas que fizeram os cursos e adquiriram certa experiência".

CULTURA

Comandado por Carlos Alberto Rolfsen Salles, o Programa de Cultura e Lazer visa a desenvolver a criatividade entre os membros das comunidades. Assim, foram montados onze grupos de teatro, com monitores contratados, que apresentam suas peças durante meses por vários bairros. Os monitores procuram ensinar aos membros do grupo como lidar com todos os aspectos de uma montagem teatral, desde a iluminação até a cenografia.

O Programa de Cultura e Lazer também mantém classes de violão, corais e fanfarras, além de promover regularmente campeonatos de pipa, peão, dominó, sinuca e futebol. Participam ainda do Centro de Atividades de Comunicação e Expressão (Cace), em Santo Amaro, técnicos da Secretaria Municipal de Cultura, que orientam alguns grupos de teatro infantil.

Na retaguarda de todos estes trabalhos fica Cláudio Gravina, supervisor do setor de Pesquisa Social e Documentação, que fornece material necessário para a estruturação dos programas. Através de pesquisas sócio-econômicas nos bairros, o setor procura detectar quais são as necessidades mais prementes da população e registrar a bagagem cultural e comunitária da área.

PROGRAMA DE CRECHES SUPERA PREVISÃO EM SP: 412

O secretário da Família e Bem-Estar Social, José Ávila da Rocha, disse ontem que o prefeito Antônio Sallim Curiati, ao encerrar o presente exercício, deixará o Município equipado com 412 creches, superando em 112 unidades o total previsto pelo ex-prefeito Reinaldo de Barros. E acrescentou: em 1983 serão construídas mais 44 unidades, que já tiveram recursos consignados para o próximo ano.

O titular da Fabes fez essas afirmações na solenidade de entrega, ontem, da creche do Jardim Casa Grande, na rua Sálite Ariel, em Parelheiros, destinada ao atendimento de 150 crianças. "Estrategicamente — acrescentou —, precisamos nos preparar para investimentos de caráter social na região de Parelheiros,

onde, inevitavelmente, haverá uma forte concentração populacional nos próximos anos, que trabalhará no pólo industrial e de serviços de Santo Amaro."

F. + ande EXPANSÃO

Em seu discurso, José Ávila da Rocha explicou que o processo de construção de creches diretas da Prefeitura representou um incremento de 2.550,0% em relação a março de 1979. "E, sem dúvida, o maior programa de construção desses equipamentos em toda a História do Brasil", disse.

"Mas, o processo de intervenção da Prefeitura no problema das mães de fa-

mílias de baixa renda que precisam trabalhar e não têm com quem deixar seus filhos não pode e nem deve se limitar exclusivamente à rede direta. Por isso, agilizou-se o serviço de convênios para equipamentos da rede indireta e da rede particular de creches", acrescentou.

O titular da Fabes lembrou que esse problema é de toda a sociedade e poderia ter seus efeitos amenizados com algumas alterações na Consolidação das Leis do Trabalho — CLT —, que já estão previstas — estimulando as empresas à construção desses equipamentos numa amplitude maior que a prevista atualmente. "Hoje — salientou —, a Prefeitura Municipal já possui um imenso 'know how', que poderá ser utilizado pelos empresários."

José Ávila da Rocha disse que "atualmente há 156 creches indiretas e particulares, que recebem toda assistência técnica e financeira de sua Pasta. Elas representam cerca de 50% do total de vagas existentes nas unidades que a Prefeitura coloca à disposição da população.

"A Fabes — acrescentou — continuará desenvolvendo programas ligados à assistência à infância e à adolescência, para famílias que estão numa faixa de renda até 5 salários mínimos. "Entretanto — finalizou —, é necessário que todas as forças vivas da comunidade, principalmente as empresas, criem e mantenham equipamentos que permitam às mulheres trabalhar com tranquilidade, preservando a esfera vital da família."

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal

Data

Pág.

Pasta n.º

N.º do recorte

Aprovado projeto que garante leite gratuito¹⁴

O projeto de lei do deputado Alvaro Valle (PDS-RJ), atribuindo ao Estado a função de distribuir leite, gratuitamente, às crianças carentes dos seis aos 36 meses de idade e às mães carentes, do início da gravidez até seis meses após o nascimento do filho, foi ontem aprovado em regime de urgência pela Câmara dos Deputados e será agora examinado pelo Senado Federal.

O leite a ser distribuído, segundo a proposição, será integral ou enriquecido e apresentado "com características próprias e exclusivas, que impossibilitem a sua comercialização". O projeto de lei estabelece pena de reclusão de dois a seis anos para quem, por qualquer modo, vender, expor à venda, ter em depósito sonegar ou desviar a destinação desse leite.

O Poder Executivo iniciará a distribuição do leite em áreas metropolitanas previamente escolhidas, estendendo-a posteriormente a todo o território nacional.

Na extensa justificativa que acompanha o projeto de lei, o deputado Alvaro Valle assinala que teve a colaboração de nutricionistas, pediatras, professores e outros profissionais que há longos anos vêm estudando os problemas da alimentação materno-infantil. Nota não existir "qualquer possibilidade de resolver o dramático problema da

fome da criança brasileira sem uma vigorosa e urgente ação do Estado".

A seguir, apresenta uma estimativa de custo do programa: tendo por base os preços vigentes no final do ano passado, quando o leite em pó custava 290 cruzeiros para as entidades oficiais, cada criança/ano ficaria em Cr\$ 5.800,00 e cada mãe em Cr\$ 10.440,00. Lançado o programa, inicialmente, em três regiões metropolitanas — Recife, Rio de Janeiro e Curitiba, seu custo total seria de Cr\$ 4.124.805,00.

Para o deputado Alvaro Valle, esse é um custo "irrisório", considerando-se os benefícios sociais do programa. Com a mãe bem alimentada durante a gravidez assim como a criança até os três anos de idade, segundo o deputado, haverá melhor aproveitamento escolar e carga menor sobre os hospitais. Pesquisas da Dataprev, assinala o parlamentar, indicam que 40% das internações em clínicas médicas correspondem a crianças de um mês a 10 anos de idade e as de um a 24 meses correspondem a 65% dessas internações. A causa disso está "fundamentalmente", conforme o deputado, "nos problemas de subnutrição", alegando que "um leite/dia nos hospitais da Previdência Social custa o triplo do que se gastaria para corrigir as deficiências alimentares materno-infantis".

Creches: a LBA pede mudanças

Da sucursal do RIO

A presidenta da Legião Brasileira de Assistência, Lea Leal, considera completamente ultrapassados os artigos da Consolidação das Leis do Trabalho — CLT — que obrigam as empresas a manter creches em locais onde trabalhem pelo menos 30 mulheres com mais de 16 anos de idade. Isso porque, segundo ela, as burias a essa exigência são freqüentes, na medida em que as multas, de no máximo dois salários mínimos, "estimulam o descumprimento da letra da lei".

Em palestra num seminário de promoção social no Rio, promovido pela Delegacia Regional do Trabalho, Lea Leal sustentou que o problema da falta de creches nas empresas só poderá ser resolvido com a adoção da proposta da LBA incluída em projeto de lei do senador Lourival Batista.

O projeto prevê, para efeito do Imposto de Renda, a dedução, do lucro tributável das empresas, do dobro do valor das despesas efetivamente realizadas com a construção, instalação e manutenção de creches para os filhos de seus empregados. Esse projeto — assinalou Lea Leal — apenas concede, para a instalação de creches, o mesmo incentivo fiscal

hoje já em vigor para os gastos das empresas com alimentação dos trabalhadores e com o treinamento profissional para os empregados. Trata-se, assim, de estendê-lo também para as creches, revitalizando os dispositivos superados da CLT.

Referindo-se ao propósito da LBA de atender as carências de mais de 30% da população — parcela que vive em extrema pobreza —, Lea Leal comentou que a gravidade dessa situação se intensifica em relação à mulher, pois além de sua inegável inferiorização no mercado de trabalho, ela tem de cuidar da família, deparando-se com a insuficiência de instrumentos sociais como as creches, que ofereçam plena segurança e proteção integral a seus filhos em idade pré-escolar.

"Creio não haver dúvidas que uma das causas mais importantes da marginalização feminina no mercado de trabalho é a preocupação e responsabilidade pela segurança dos filhos menores. Muitas mulheres afastam-se das atividades produtivas, privando a magra renda familiar de uma complementação essencial, porque são levadas à obrigação maior de alimentar, criar e zelar por seus filhos. E por reconhecer isso, por entender bem a realidade da mulher e da família brasileira carente, que a LBA tem no programa nacional de

creches uma de suas maiores prioridades".

Lea Leal ressaltou também que no Brasil 16 milhões de famílias, correspondendo a 78 milhões de pessoas, sobrevivem com uma renda familiar de até dois salários mínimos. E desses 78 milhões, há 16 milhões de crianças com até seis anos de idade, das quais seis milhões vivem nas áreas metropolitanas.

Informando sobre a atuação da LBA, Lea Leal disse que a entidade está ampliando seu programa de creches: em 1978, não chegava a atender 150 mil pré-escolares e, hoje, já atende 400 mil em suas "creches-casulo". Após se referir aos convênios com o BNH e com o sistema bancário para a construção de creches em todo o País, ela afirmou que o programa nacional de voluntariado já reúne mais de 60 mil voluntários, assinalando que se trata de uma iniciativa destinada a consolidar a filosofia de ação comunitária no setor de creches, que é um dos mais importantes indicadores do processo social de um povo.

A presidenta da LBA citou também o "projeto fundo de escola", que aproveita as próprias unidades de ensino para a instalação de creches, e que tem o objetivo de estender o atendimento do escolar ao pré-escolar, especialmente em termos de nutrição.

JARDIM MITSUTAMI, EXEMPLO DE UNIÃO COMUNITÁRIA

O Jardim Mitsutami, em Campo Limpo, seria um bairro como todos os outros da periferia de São Paulo — onde faltam iluminação pública, coleta de esgoto, policiamento, asfalto, escola e postos de saúde —, caso não estivesse em curso um intenso trabalho de integração e organização comunitárias em que cada morador, seja jovem, idoso, mulher ou inválido, participa de uma ou mais atividades. Assim, em pouco menos de cinco anos o Jardim Mitsutami adquiriu, através de esforço conjunto, uma cooperativa de consumo, uma oficina de costura e outra de marcenaria, duas creches e salões para festas, reuniões e exibição de filmes e peças teatrais, sempre sob a orientação de uma sociedade de moradores extremamente atuante.

Tudo começou em 1974, no centro de Campo Limpo, quando uma equipe de moças e rapazes, conhecida pelos moradores como o "Grupo de Touca", por usarem touquinhas na cabeça, resolveu iniciar um movimento recreativo, artístico e cultural entre as crianças e jovens da região. Pouco mais tarde, dado o êxito do intento, o grupo decidiu fundar uma associação com o nome de "Touca", que, além de manter as atividades anteriores, organizou cursos de Mobral, madureza, violão, teatro, folclore e capoeira, auxiliado pelos adultos que participavam ativamente de todos os projetos.

Em 1977, após estabelecerem contatos com representantes da Igreja Evangélica Reformada holandesa, da qual conseguiram pequena verba, os jovens da "Touca" transferiram-se para o Jardim Mitsutami, onde aplicaram o dinheiro obtido na construção de uma cooperativa de consumo. No início, o armazém de compras comunitárias trabalhava apenas com 12 produtos, entre verduras, legumes e frutas, comprados no Ceasa e transportados em dois automóveis, que eram divididos com os vizinhos da associação. Os alunos dos cursos oferecidos pela "Touca" continuavam a participar das atividades, encarregando-se de armazenar, remarcar e distribuir os mantimentos.

PESQUISAS

Com o desenvolvimento dos trabalhos, a equipe da "Touca" foi descobrindo uma série de falhas na organização da cooperativa. Primeiro, verificou que a população do bairro precisava mais de arroz, feijão, batata e cebola do que de verduras e frutas, "produtos de luxo" para famílias com poucos rendimentos. Depois, através de pesquisas e estudos junto a atacantistas, averiguou que as compras deveriam ser feitas por semana e até por dia, pois uma cooperativa que deseja não ter prejuízos não pode estocar gêneros, sob pena de vender a preços irrealistas.

Estas descobertas deram grande impulso ao armazém comunitário da "Touca". Os moradores, que nunca tiveram condições de fazer compras por mês, passaram a adquirir alimentos apenas para o almoço

ou jantar, sabendo que os preços oferecidos são cerca de 30% mais baratos do que os encontrados nos grandes supermercados da região. Assim, a cooperativa, que até então trabalhava somente com 30 famílias, hoje chega a atender a mais de 150 famílias, com a única condição de que estejam filiados à União de Moradores do Jardim Mitsutami.

Além das mulheres do bairro, oito adultos e cinco jovens dedicam-se integralmente ao trabalho de descarregar, classificar, empacotar e vender as mercadorias, que são transportadas numa camioneta emprestada ou enviadas pelo caminhão do atacantista. Sobre cada produto é adicionada uma taxa de 12,5% que, segundo cálculos, corresponde à inflação, transporte, custo das perdas e gastos operacionais. Mesmo assim, pode-se encontrar na cooperativa uma dúzia de ovos por 135 cruzeiros, enquanto nas mercearias e mercados o mesmo produto está por volta de 160 cruzeiros.

MARCENARIA

Não é só da cooperativa, porém, que vive o movimento dos moradores do Jardim Mitsutami. A marcenaria foi criada em 1979 e funciona, através de cursos de aprendizagem e produção, com 14 meninos, orientados por Amauri Falsete, um dos fundadores da "Touca". Lá, os jovens fabricam brinquedos e peças de utilidade doméstica, que são vendidos em lojas e feiras. Todo o dinheiro angariado reverte para os próprios produtores. O material é todo oferecido pela associação, que desconta os gastos na venda dos produtos.

Da mesma forma funciona a oficina de costura instalada no prédio da "Touca", que iniciou seus trabalhos há dois anos. Se-

gundo Almira de Almeida Cruz de Carvalho, a oficina começou com apenas quatro senhoras, que traziam de casa suas máquinas de costura e material. Mais tarde, com ajuda da "Touca" e da Ação Comunitária do Brasil, montaram um salão para a atividade e adquiriram grande quantidade de tecidos. Hoje, a oficina funciona com 15 mulheres e seus lucros são distribuídos entre todas e, ainda, aplicados na manutenção do local. Quando sobra algum dinheiro ele é empregado na compra de sacos de algodão cru.

Através da atuação dessas mulheres o Jardim Mitsutami conseguiu obter da Prefeitura duas creches, uma direta e outra indireta. Entretanto, não foram só as creches que elas obtiveram, mas, sobretudo, a gestão da própria comunidade no seu funcionamento, velha reivindicação dos Clubes de Mães da periferia. Assim, além dos funcionários terem vindo do bairro, as mães é que decidem como será a educação das crianças. Segundo Joaquim Vieira de Souza, o Juca, presidente da Sociedade Amigos do Jardim Mitsutami, tanto uma como outra creche foram construídas em regime de "mutirão", com ampla participação da população.

A cultura também tem espaço fundamental na organização dos moradores do bairro. A peça "A Menina e o Vento", de Maria Clara Machado, montada por um grupo de jovens dirigido por Flávio Porto, há meses vem sendo apresentada em diversas regiões da cidade, com grande êxito. Os cursos de pintura sempre estão cheios e os forrós e "shows" musicais são frequentes. Agora, conforme Juca, que também é ator, a entidade reúne esforços para criar um cineclube na sede da "Touca".

Tudo seria muito bonito se o Jardim Mitsutami não fosse ainda um bairro pobre, onde poucas ruas têm iluminação pública e coleta de esgotos e o asfalto só chegou recentemente à avenida principal, a Goto Mitsutami. Mas o maior problema das moradoras ainda é a falta de segurança e de policiamento. Diversas casas do bairro já foram assaltadas várias vezes e, esta semana, o mesmo aconteceu com a creche, que também teve seu teto destelhado com a ventania de segunda-feira.

Maria da Penha Xavier da Silva conta que uma mulher foi estuprada por ladrões na rua Francisco Caminhoa, onde existe apenas um poste de luz. Outra moradora acrescenta que sua casa virou um canal, depois que assaltantes entraram duas vezes. Todos temem pela sorte das crianças que voltam da escola, passando por matagais e locais escuros. Por isso pedem limpeza do mato e policiamento, já que até o momento nenhum guarda foi visto no bairro.

Contudo, mesmo assim, Jardim Mitsutami não deixa de ser um exemplo de união comunitária, onde a diretoria da sociedade, segundo Luis Antônio Ferreti, somente encaminha as necessidades dos moradores, deixando que eles organizem com autonomia seus grupos de trabalho. Esta vitalidade dos moradores é constatada até entre os idosos e inválidos, que agora fazem uma horta comunitária no fundo da creche da Prefeitura. A seu modo, cada um contribui para o fortalecimento do bairro e melhoria das condições de vida da população.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: *FOLHA DA TARDE*

Data: *30/09/82*

Pág.

Pasta n.º

N.º do recorte

D^a Dulce na adoção da creche "Camillo Nader"

F. Tardi 30/9/82

A Legião Brasileira de Assistência recebe hoje, na sede da superintendência, às 16 horas, a visita de dona Dulce Figueiredo, que presidirá a cerimônia de adoção financeira da Creche "Camillo Nader", homenagem que a entidade presta ao empresário já desaparecido e à família Nader.

A primeira dama veio a São Paulo em companhia da presidente da LBA, Léa Leal, que destacou o trabalho desenvolvido pela entidade na área de implantação de creches, com o apoio do Programa Nacional do Voluntariado-Pronav-LBA, que conta com 60 mil voluntários em 3.600 municípios brasileiros, e tem como presidente de honra dona Dulce Figueiredo.

Léa Leal lembrou que, em apenas três anos, de 1979 até o início deste ano, o número de crianças atendidas pela LBA evoluiu de 120 para 400 mil, mas que, até o final de 1982, deverá elevar-se para 1 milhão de crianças, como resultado da prioridade dada atualmente pela Presidência à instalação de novas creches. A instalação de novas unidades nas comunidades carentes, acrescentou, evitará que a mãe, obrigada a trabalhar fora, tenha outros gastos para ter com quem deixar seus filhos.

Disse, ainda, que, a partir da campanha "Adote uma creche em sua comunidade" e com o intuito de facilitar o engajamento da empresa privada e de órgãos públicos na instalação de novas creches, foi criada a modalidade de adoção financeira. Na adoção financeira, finalizou, a empresa responsabiliza-se pela manutenção, em caráter permanente, de uma creche para 35 crianças com, no mínimo, a dotação de uma ORTN-Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional (Cr\$ 2.398,55, valor de outubro) para cada criança. O convênio tem prazo de um ano, renovável por novo período.

CRECHE "CAMILLO NADER"

O superintendente estadual da LBA, Emilio Jubanelli, afirmou que a Legião mantém na sede em São Paulo, na rua Guaianases, 1385, uma creche modelo, com 33 crianças, de dois a seis anos, inscritas e que, a partir de hoje, por instrução da presidente Léa Leal, passa a chamar-se Creche "Camillo Nader", homenagem póstuma que a entidade presta ao empresário sensível, em vida, aos problemas sociais do País. Acrescentou que a LBA, no Estado, mantém cerca de 20 mil crianças em creches dirigidas por entidades assistenciais que cuidam de carentes, com as quais mantém convênios. Informou, ainda, que a Creche "Camillo Nader" é a 12.ª unidade que será regida sob a modalidade de adoção financeira e que as 11 primeiras foram patrocinadas pela Caixa Econômica Federal em São Paulo.